



EM DEFESA DA REVOLUÇÃO E DITADURA PROLETÁRIAS

MASSAS

ÓRGÃO BISSEMANAL DO PARTIDO OPERÁRIO REVOLUCIONÁRIO
MEMBRO DO COMITÊ DE ENLACE PELA RECONSTRUÇÃO DA IV INTERNACIONAL
ANO 34 - Nº 664 - DE 15 A 29 DE MAIO DE 2022 - R\$ 5,00

Crescem as tendências de luta no interior da classe operária

**Contra o fechamento de fábricas. Defesa dos empregos,
salários e direitos trabalhistas. Pela unificação das greves
e protestos. Convocar assembleias nos sindicatos
Constituir os comitês de lutas**

**Que as centrais, sindicatos e movimentos
convoquem imediatamente um Dia Nacional
de Luta, com paralisações e bloqueios**

GUERRA NA UCRÂNIA

Agrava-se a crise mundial e nacional

**Somente a classe operária organizada
tem como responder com o programa
revolucionário à desintegração**



**13 anos de falecimento do camarada
Guillermo Lora, dirigente do POR da Bolívia**

Memória eterna a Guillermo Lora!

Agrava-se a crise mundial e nacional

Por onde passa a luta dos explorados

A guerra na Ucrânia se faz sentir em toda parte. Vem alimentando as tendências de baixo crescimento e de estagnação das economias. A disparada inflacionária desequilibra ainda mais as contas dos países semicoloniais, e atinge amplamente as condições de vida dos explorados. A alta dos preços dos alimentos, combinada com a gigantesca massa de desempregados e subempregados, intensifica e expande a fome.

Logo mais, a guerra cumpre três meses. Não há sinais de que se arrefecerá. Pelo contrário, os Estados Unidos e aliados reforçam o envio a Ucrânia de armas com maior poder destrutivo. Não cedem a um acordo que atenda às exigências básicas da Rússia. A exortação de Zelenski, para que os Estados Unidos e aliados intervenham no Mar Negro, para desbloquear a exportação de milho e trigo, em nome de garantir a segurança alimentar, é um sintoma de desespero, e um sinal de que o imperialismo se aproxima da zona de perigo de uma conflagração militar mais ampla, que transborde o marco da Ucrânia. Os recentes US\$ 40 bilhões do governo Biden, para alimentar o envio de armas sofisticadas a Zelenski, não podem ser interpretados diferentemente de que já existe um envolvimento semidireto da maior potência na guerra.

Está claro que vem aumentando o perigo de a guerra ultrapassar as fronteiras da Ucrânia. O que significa agravar ainda mais as condições da crise mundial, que, desde 2008, tem resultado em recessão e baixo crescimento. Está claro que esse choque entre os Estados Unidos e a Rússia é o mais grave, desde que a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) se desintegrou.

As tendências bélicas do capitalismo da época imperialista se potenciam, com o esgotamento da partilha do mundo após a Segunda Guerra, com o agigantamento do parasitismo financeiro, e com o impulso da guerra comercial, promovida desde os Estados Unidos. A destruição de forças produtivas é uma das características fundamentais que marcam o capitalismo em decomposição. As ruínas que assistimos nas guerras do Iraque, Líbia, Afeganistão, Iêmen e, agora, na Ucrânia são retratos da destruição maciça de riquezas, de aparatos produtivos e vidas humanas.

Em toda a parte, o imperialismo está presente, tendo à frente os Estados Unidos. As atuais dificuldades em sustentar a sua hegemonia quase que absoluta no pós-guerra empurram o imperialismo norte-americano à guerra comercial e à escalada do intervencionismo militar. De maneira que suas ações agravam a crise mundial, arrastando, não apenas os países semicoloniais, como também os países europeus mais desenvolvidos, ao processo de destruição de forças produtivas, embora em distintas magnitudes. É o que configura a decadência geral do capitalismo da época imperialista, de domínio do capital financeiro e dos monopólios. Emerge, assim, da profundidade das leis da história, o progra-

ma da revolução e do internacionalismo proletário.

Assistimos, porém, a ausência de um poderoso movimento das massas exploradas pelo fim da guerra de dominação na Ucrânia. O proletariado ucraniano e russo se acha dividido pelos governos e pelas oligarquias burguesas restauracionistas. O proletariado europeu, de países envolvidos indiretamente na política de guerra dos Estados Unidos e de seu braço armado, a OTAN, assiste, em grande medida, passivamente, à barbárie da guerra e ao perigo de que se extravase pelo continente. Os sindicatos, centrais e partidos que se reivindicam dos trabalhadores estão curvados diante das pressões do imperialismo. E, na Rússia, as organizações operárias se acham subordinadas à política de restauração capitalista. Essa situação não pode permanecer indefinidamente. Tudo indica que a maior possibilidade é de o ritmo da crise se acelerar cada vez mais.

Os explorados mais sacrificados desde crise de 2008 já não suportam o peso da desintegração econômica, do desemprego, do subemprego e da desvalorização do valor da força de trabalho. As necessidades vitais avivam os seus instintos de revolta, e os empurrarão à luta de classes. Se não se confirmar essa via, a guerra da Ucrânia servirá de porta de entrada para um período de enorme e livre avanço da barbárie.

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui) assinalou a tarefa estratégica de unir o proletariado russo, ucraniano e europeu, como ponto de partida da unidade mundial da classe operária, estabelecendo um conjunto de bandeiras, cuja necessidade vem se confirmando: fim imediato da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômico-financeiras à Rússia; autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

Nesse marco, é dever da vanguarda com consciência de classe, em cada país, tomar em suas mãos as reivindicações mais elementares dos explorados, organizar a luta no campo da independência de classe, e desenvolver a estratégia da revolução e do internacionalismo proletário.

No Brasil, as demissões, o fechamento de fábricas, o insuportável custo de vida, a destruição de direitos trabalhistas e a proliferação da miséria e fome estão na base do programa próprio de reivindicações e da organização das lutas. Eis por que vem ocorrendo a retomada de greves e manifestações operárias. É visível o crescimento do descontentamento dos explorados com os governantes. Nessas condições, os partidos da burguesia e, entre eles, os reformistas, como o PT, vêm aplainando o campo eleitoral para desviar os explorados do método da ação direta. Trata-se, ao contrário, de trabalhar pela unificação das lutas e de expor à classe operária e aos demais explorados a importância e a necessidade de se colocarem sob as bandeiras do CERQUI, pelo fim da guerra na Ucrânia.

Participação do POR contra o fechamento da montadora Caoa-Chery

Assembleia 11 de maio

A direção do Sindicato Metalúrgicos de São José dos Campos apresentou o resultado da negociação com a empresa, de aceitação da proposta de lay-off por cinco meses, proposta já votada na assembleia anterior. Novamente, a direção colocou em votação, para referendar o acordo do sindicato com a montadora.

Como toda burocracia, em seus discursos, procura mostrar que o sindicato não age sozinho, e que os operários são os responsáveis por participar dos atos, das vigílias, dos acampamentos, etc., para que as negociações tenham êxito. Como em toda assembleia dos sindicatos operários, quem fala é a direção sindical. Não são assembleias democráticas, em que os operários têm livre direito de se manifestar e apresentar suas propostas. Essa é a prática da burocracia sindical da CUT, Força Sindical e não é diferente com a CSP - Conlutas.

A direção do sindicato abriu a palavra para outros sindicatos que estavam presentes, que exaltaram o acordo como uma vitória. Para encerrar, a proposta foi aprovada. E uma passeata se dirigiu até a Câmara Municipal de Jacareí. O objetivo era o de defender um Projeto de Lei, apresentado pelo Sindicato de São José dos Campos, de permanência da montadora no município. O dirigente sindical, Weller, fez o discurso na tribuna do plenário municipal, defendendo o projeto. Os vereadores ouviram e não



esboçaram reação.

O POR interveio, distribuindo o Boletim Nossa Classe contra o fechamento da Caoa-Chery, e em defesa dos empregos. Distribuiu a Declaração do Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) pelo fim da guerra. E um camarada fez uso da palavra.

Pronunciamento do camarada do POR

Companheiros, quero saudar este movimento, sou do POR, Partido Operário Revolucionário, estamos aqui nos solidarizando com a luta dos companheiros operários e operárias da CAO/A/CHERY. Nós, do POR, temos atuado contra o fechamento das fábricas, e denunciado que os capitalistas têm descarregado a crise sobre as costas da classe operária. O fechamento da Ford gerou centenas e centenas de demissões, em São Bernardo, aqui em Taubaté, no Ceará, e também em Camaçari. O fechamento da LG também gerou centenas e centenas de destruição de postos de trabalho. Entreviemos nestas lutas com o Boletim Nossa Classe, denunciando esta arbitrariedade dos capitalistas e da burguesia contra a classe operária e os demais trabalhadores. Também temos lutado contra a alta do custo de vida, que é causada pela crise capitalista, e que tem avançado a fome e a miséria.

No acampamento

A direção do Sindicato e os operários organizaram um acampamento em frente à fábrica. Os militantes do Boletim Nossa Classe estiveram no dia 10, conversando com os trabalhadores acampados. Relataram que um grupo está há três meses de férias remuneradas, que a produção foi diminuindo a partir de janeiro, que a empresa começou a tirar os carros semiprontos, peças e algumas máquinas, alegando que esses equipamentos eram alugados, e como a produção diminuiu, não tinha sentido ficar pagando aluguel, até que chegou o anúncio das demissões e do fechamento. Disseram que dentro da fábrica o comentário era de

Nós, do POR, temos denunciado essa trágica situação, e defendido que os sindicatos e movimentos convoquem as assembleias, a constituam os comitês de luta, visando à organização de um poderoso movimento pelas reivindicações de defesa dos empregos, salários, dos direitos trabalhistas e previdenciários, que foram destruídos pela reforma trabalhista de Temer e previdenciária de Bolsonaro, que praticamente acabou com o direito à aposentadoria de milhões e milhões de trabalhadores. Diante do fechamento de fábricas, o POR defende a ocupação, a estatização sem indenização, e o controle operário da produção. Companheiros, não é possível que multinacionais, como a Ford, Toyota e agora Chery, venham para o Brasil, lucrem trilhões e, de uma hora para outra, fechem suas fábricas e não devam nenhuma satisfação para a classe operária.

que a coisa não estava boa. Alguns operários não sentem a força do movimento para reverter a situação, por isso, acham que é melhor “um layoff e depois uma indenização, do que ficar sem nada”. Um dirigente do sindicato disse que “a ocupação é a melhor forma de defender o emprego, porém, os operários têm de estar todos aqui”. Isso para reafirmar a posição do sindicato, de suspensão do contrato (layoff) e a “pressão” aos vereadores.

Após a assembleia, o sindicato fará uma passeata até a Câmara de Vereadores, visando a pressionar os vereadores sobre um projeto de lei para garantir a fábrica na cidade. ■

Milite no POR, um partido de quadros, marxista-leninista-trotskista. Discuta nosso programa.

nossa.classe@hotmail.com - www.pormassas.org - fb.com/massas.por - anchor.fm/por-massas / ☎ (11) 95446-2020

Pernambuco

Metroviários aprovam estado de greve e assembleia permanente contra privatização

No dia 11 de maio, foi realizada a assembleia do Sindicato dos Metroviários (Sindmetro), em resposta ao anúncio da estadualização do metrô, como parte da transferência à iniciativa privada. Precedida de assembleias setoriais, a assembleia contou com a presença de cerca de 500 trabalhadores, além de entidades e partidos.

O sindicato voltou, recentemente, a ser dirigido pelo PT. Na fala da CUT, o caminho apontado foi o da articulação com a deputada Teresa Leitão (PT), para conseguir uma audiência com Lula. A direção também indicou o andamento da conversa com a bancada do PT na Câmara Federal e com advogados. O candidato a governador pelo PSOL, João Arnaldo, fez a fala ainda mais eleitoreira, chamando abertamente o voto em Lula, ao mesmo tempo que criticava o PSB. Nas falas de metroviários, ficou evidente a disposição de luta. A categoria, cujo sindicato é disputado por várias correntes, tem a possibilidade de fazer a experiência com os partidos e se politizar. Apesar das longas falas eleitoreiras, nas falas de trabalhadores de base, foi possível ver o entendimento de que essa luta não é corporativa, pois, além da defesa dos empregos e direitos trabalhistas, trata-se de algo de interesse geral dos trabalhadores. Outros reafirmaram que, apesar da presença de políticos, são os trabalhadores que terão de fazer essa luta.

O POR atuou por meio de um manifesto do Boletim Nossa Classe, banca e fez uma fala, que reproduzimos abaixo. Os metroviários ouviram atentamente, alguns chegaram a erguer o punho



em riste, no momento em que evidenciamos que só os métodos da luta de classe poderão barrar a privatização. Nos encaminhamentos, a direção apresentou a proposta de estado de greve, assembleia permanente e nova assembleia na quinta, dia 19 de maio. Até a próxima semana, apenas indicou ações jurídicas e parlamentares para “sensibilizar” o governador. A direção não submeteu à votação a proposta de erguer o comitê contra a privatização do metrô ou envolver as bases em qualquer ação. Isso precisa ser superado na próxima assembleia, em que se deve rejeitar a enrolação dos politiquinhos, e construir uma greve poderosa, que se projete para as outras estatais, e se vincule com as demais lutas dos trabalhadores.

Pronunciamento do POR

Viva a luta dos Metroviários! [assembleia responde] Viva!

Primeiro: são vocês que vão conseguir barrar essa privatização. Essa é a mensagem mais importante dessa assembleia. E é muito importante que ela tenha sido precedida de assembleias setoriais, que mobilizam, chamam e trazem a categoria.

Eu queria aqui chamar um alerta: tem dois caminhos que estão colocados aqui para essa luta. Um caminho é o caminho da independência de classe, da gente confiar na nossa força coletiva, de buscar a unidade com os companheiros urbanitários da CHESF, de buscar a unidade com os companheiros dos Correios, dos bancos públicos e da Petrobrás. Estamos todos no mesmo barco. É o mesmo projeto privatista. Por que a gente não está lutando junto? Esse é o caminho da unidade. O caminho de fortalecer as categorias em greve. Não deixar ninguém isolado. Qualquer um que é derrotado agora é uma vitória do governo, que o fortalece para atacar a gente. Por isso, todo apoio à greve do INSS. Todo apoio à greve da Companhia Siderúrgica Nacional. A Companhia Siderúrgica Nacional é uma empresa estatal, que

foi privatizada, e Lula não reestatizou. E os trabalhadores estão lá amargando hoje.

Além do caminho da independência, tem o caminho da ilusão na eleição. De falar com deputado, com candidato. E aí a gente joga a luta no caminho da derrota. Porque o vice do Lula é o Alckmin, que privatizou e roubou o metrô de São Paulo, minha gente. E que agora entrou no PSB. E quer saber o quê é a privatização sob o comando do PSB? Olha o sistema rodoviário: é tudo para os empresários! E para os trabalhadores e usuários: miséria, tarifa cara e demissão!

Por isso, o único caminho possível é a luta. Essa assembleia precisa sair com um calendário de lutas, organizar um comitê unificado das categorias que estão ameaçadas de privatização e dos usuários. Eu estou aqui em nome do Partido Operário Revolucionário e do Boletim Nossa Classe, para construir essa luta. Independente de quem vai votar em quem, o que importa é a nossa luta coletiva e com nossos métodos históricos: greve, piquete e enfrentar com a luta de classes esse ataque. Abaixo a privatização! ■

Escute o Massas,
podcast do Partido Operário Revolucionário

ACESSE O NOSSO CANAL:

anchor.fm/por-massas

(Através desse link, é possível acessar outras plataformas, como o Spotify)

No podcast Massas, você ouve episódios sobre a conjuntura nacional e internacional, e sobre as manifestações da luta de classes, além de ouvir a cobertura das atividades e atos políticos presenciais realizados pelo POR, dentre outros episódios.



**PARTIDO OPERÁRIO
REVOLUCIONÁRIO**

Publicamos abaixo o Boletim distribuído na assembleia

Construir a luta forte e unitária, com o método da ação direta, para impedir a privatização do metrô! Garantir o financiamento estatal para a reestruturação e ampliação do metrô! Instituir o controle operário sobre o transporte coletivo!

Os planos da burguesia e seu Estado para o metrô Recife estão se cumprindo. Cortaram investimentos, ao ponto de transformar a rede metroviária em sucata. Dos 40 trens, apenas cerca de metade efetivamente circula. Quebras e acidentes são recorrentes. Além de sofrer nos metrô abarrotados, ou com a incerteza de poder contar com as linhas, os usuários pagam cada vez mais caro, por um serviço cada vez pior. Em três anos, a tarifa subiu 180%, passou de R\$ 1,60 para R\$ 4,25. O número de passageiros por dia caiu de 400 mil para cerca de 275 mil por dia. Essa tarifa não cabe no orçamento das famílias trabalhadoras.

O mesmo governo que é responsável pela precariedade, agora engana os usuários, com a promessa de melhorias a partir da privatização. Anuncia que vai investir R\$ 2,4 bilhões (dos quais R\$700 milhões serão do governo estadual), para melhorar o metrô, e depois passar para as mãos do setor privado, em um contrato de concessão por 30 anos. O governo federal ainda garantirá uma reserva de R\$ 1,4 bilhões para serem usados ao longo dos 30 anos, evitando qualquer risco aos capitalistas.

Com a privatização, o objetivo do metrô será garantir o lucro a investidores privados. O que terá efeitos na demissão de trabalhadores, cortes em salários, destruição de direitos e aumento no custo para os usuários. Além disso, deve aumentar a criminalização e repressão aos passageiros que não pagam tarifa e aos ambulantes, uma massa de desempregados que, sem postos de trabalho formais, ganha a vida a cada dia nas estações.

O governo do estado de Pernambuco (PSB/PCdoB) é cúmplice nessa negociata, desde 2019, buscou o governo federal e BNDES para viabilizar o plano privatista. Aceitou assumir por dois anos a gestão do metrô, atualmente sob responsabilidade do governo federal, com o único propósito de preparar a privatização. A atuação do governo Paulo Câmara no sistema de transporte coletivo rodoviário já indica que o que vem por aí: tudo para garantir o lucro dos empresários e, para os trabalhadores e usuários, demissões, salários de fome e tarifas nas alturas.

A privatização do metrô no Recife é parte da política entreguista de Bolsonaro/Guedes. Em 2019, foi anunciado pelo governo federal que todos os sistemas geridos pela Companhia Brasileira de Trens Urbanos (CBTU) e da Trensurb (Porto Alegre) seriam privatizados. A CBTU envolve também os metrô de Maceió-AL, João Pessoa-PB, Natal-RN e Belo Horizonte-MG. O último já está em processo de estadualização e futura privatização. A luta é parte, portanto, do combate à política pró-imperialista de privatização das estatais, como a Petrobrás, Eletrobrás (CHESF), Correios, bancos públicos e serviços públicos. O governo diz que as privatizações são necessárias para garantir o “equilíbrio fiscal”, ou seja, para pagar juros e amortizações da dívida pública.

Nenhuma confiança na política burguesa e no eleitoralismo

A ofensiva privatista em curso não terá como ser enfrentada com os métodos jurídicos, parlamentares e eleitorais. Basta ver

que estão unidos, na ofensiva, o governo federal de Bolsonaro e o estadual de Paulo Câmara (PSB). A oposição a Bolsonaro tem como candidato à frente o ex-presidente Lula (PT), com o vice Geraldo Alckmin, um político com longa trajetória privatista e repressiva no interior do PSDB, e que agora entrou no PSB. É importante lembrar que nos governos de Alckmin foram denunciados esquemas de propina de multinacionais em licitações na construção de linhas de metrô e compra de trens da Companhia Paulista de Trens Metropolitanos (CPTM).

Diante disso, as ilusões nos politiquês e nas articulações com parlamentares só servirão ao eleitoralismo, desviando os metroviários da construção da luta direta. Os meios jurídicos também são impotentes para frear o privatismo, pois, o judiciário é parte do Estado burguês, também controlado pelo poder econômico. O único caminho com chances de vitória é a organização independente dos metroviários, em unidade com os demais trabalhadores e usuários do sistema.

Confiar nos métodos próprios da classe operária

A convocação das assembleias setoriais e assembleia geral dos metroviários é um passo muito importante, pois, é a categoria quem deve decidir os rumos e métodos da luta contra a privatização, em defesa de seus empregos e salários. A experiência da greve dos metroviários de Belo Horizonte, que sustentaram o movimento por 41 dias, mostra a importância do método grevista, mas também a necessidade de não deixar o movimento isolado. Um movimento forte e radicalizado terá de lidar com as legislações antigreve. Por isso, desde já, é preciso colocar em pé um comitê contra a privatização do metrô, aberto a todos que queiram lutar. É preciso que as centrais sindicais e sindicatos se comprometam com o fortalecimento dessa luta. É fundamental envolver a população usuária e a juventude pobre nessa luta.

Não basta frear a privatização, o controle estatal mostra que o Estado burguês conspira pela destruição do serviço público, para favorecer os capitalistas. Por isso, devemos exigir o controle coletivo da classe operária sobre o sistema de transporte. São os trabalhadores e usuários, que sabem o que é necessário para o metrô funcionar, e que têm todo o interesse para que cada centavo seja aplicado em benefício da maioria explorada e oprimida da população. São bandeiras centrais, nesse momento:

1) Interrupção do acordo entre governo estadual e federal em torno da privatização; 2) Aplicação imediata dos recursos disponíveis para reestruturar o metrô. Destinação de mais recursos para a ampliação do sistema; 3) Unidade com os trabalhadores das demais empresas públicas ameaçadas de privatização (Petrobrás, Eletrobrás, Correios...); 4) Que as centrais e sindicatos convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários, direitos e contra as privatizações; 5) Pela construção de uma Frente Única Anti-imperialista, contra todo entreguismo e pelo não pagamento da dívida pública.

São Paulo

Manifestação de apoio à greve da CSN

No dia 6 de maio, aconteceu em São Paulo, na Av. Faria Lima, sede da empresa, uma manifestação de apoio à greve dos operários da CSN, convocada pela CSP-Conlutas e pelas comissões de base da empresa em Volta Redonda, Congonhas e Itaguaí. O POR participou do ato com o Boletim Nossa Classe, de apoio e defesa das reivindicações, e intervenção no carro de som.

O ato contou com a militância de alguns partidos e com um grupo de operários e suas famílias, que se deslocou de suas cidades para participar e organizar a atividade. Muitas intervenções foram feitas de defesa das reivindicações da greve, como o aumento geral de salário, PLR de 25% dos dividendos, fim do Banco de horas, plano de saúde nacional, cartão-alimentação de R\$ 800,00, e contra as demissões de aproximadamente 100 operários grevistas.

No dia anterior, a Justiça determinou a reintegração da comissão de base, que havia sido demitida. Ainda há um duro caminho de luta pela reintegração de todos os trabalhadores. O sindicato da CSN de Volta Redonda, ligado à Força Sindical, não participou e tem sabotado a luta dos operários.

A ação patronal de demitir grevistas faz parte de um conjunto de medidas, que partem da burguesia, dos governos e da Justiça burguesa, visando a destruir completamente o direito de greve, conquistado com suor e sangue da classe operária do mundo todo. Entre essas ações podemos identificar as elevadas multas aplicadas aos sindicatos, as mudanças na legislação

sindical, as demissões, as perseguições, etc. É preciso que se desenvolva, no curso da luta pelas necessidades elementares dos explorados, a defesa dos empregos, salários e direitos, uma luta unificada pelo direito irrestrito de greve. Quem deve decidir sobre as greves são os próprios trabalhadores, não a Justiça burguesa ou o patronato.

Cabe mencionar que, nesta manifestação, apenas o POR e o PSTU fizeram menção à guerra da Ucrânia, que vem afetando o proletariado do mundo todo. Isso mostra que a maioria das esquerdas ainda não compreendeu a importância de se travar uma luta, em todos os países, pelo fim desta guerra de dominação. O PSTU, apesar da menção feita, coloca sua crítica nas ações de Putin, ignorando a raiz do problema e os principais carneiros do mundo, os EUA e seu braço militar, a OTAN.

A greve da CSN é a mais importante que se desenvolve no país neste momento. É dever dos revolucionários acompanhar e apoiar com todos os seus meios, para que saiam vitoriosos. Uma vitória dos operários da CSN será uma vitória da classe operária do país inteiro. Mas, para isso, precisa de uma política classista, que unifique este movimento com os demais que se desenvolvem pelo país. A tarefa é defender e pressionar para que as direções políticas convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações, greves e bloqueios, que sirva como ponto de apoio para a greve da CSN, e preparação para uma poderosa greve geral no país.

Pronunciamento do POR

Bom dia, camaradas, nós do Partido Operário Revolucionário viemos aqui para fazer uma saudação à essa importante manifestação e essa importante luta, talvez a mais importante que esteja acontecendo no país neste momento. É importante porque ela traz duas questões fundamentais: em primeiro lugar, a defesa das necessidades imediatas dos trabalhadores, o emprego, o salário e os direitos trabalhistas; e segundo lugar, ela traz uma questão fundamen-

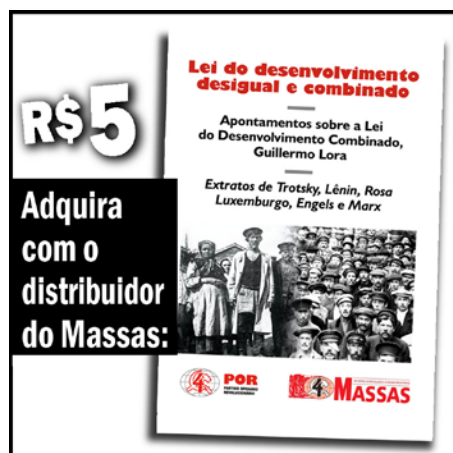
tal, que é a luta pelo direito irrestrito de greve. Esse direito está sendo cada vez mais minado no país, através das multas milionárias que a justiça aplica, através das demissões, através das ações do governo, o direito de greve está sendo destruído e precisamos lutar de forma unificada pelo direito irrestrito. Isso em primeiro lugar.

E segundo, camaradas, o que os trabalhadores da CSN, o que a classe operária da CSN está passando é o que está passando a classe operária do país inteiro, são os salários reduzidos, são os cortes, são as demissões, fechamento de fábrica acontecendo, são dezenas de milhares de fábricas fechadas, só nos últimos anos. As mais simbólicas: a Ford LG e suas subsidiárias, a Toyota, e agora ficamos sabendo da Caoba. Essas fábricas fechadas ampliam a demissão, ampliam a miséria dos explorados do país.

Enquanto isso, enquanto acontece essa barbárie, as grandes centrais sindicais fazem shows milionários, comemo-

rativos, festivos, e viram as costas para os trabalhadores. É preciso denunciar que as grandes centrais sindicais estão agora totalmente voltadas para as eleições, enquanto os trabalhadores estão em greve. Diversas greves no começo desse ano, que poderiam ser unificadas para construir uma poderosa greve geral nesse país.

Por último, companheiros, a gente precisa colocar que a classe operária, agora, no mês de maio de 2022, enfrenta dois grandes problemas, no mundo todo: em primeiro lugar o preço, a alta do custo de vida, e a inflação que está nas alturas. R\$ 100,00 não compra meia dúzia de itens básicos. Precisamos colocar a luta unificada contra a carestia de vida, isso significa lutar por emprego, por salário e por direitos. Em segundo lugar, a classe operária internacional tem de enfrentar uma guerra, uma guerra de dominação, que está destruindo a classe operária da Ucrânia, destruindo a classe operária da Rússia, e a gente tem que falar isso aqui. Por que temos de



falar? Porque a classe operária é internacional, a classe operária não tem pátria! Por isso, ela deve lutar de forma unificada pelo fim dessa guerra. E para lutar de forma unificada pelo fim da guerra, é preciso unificar a classe operária da Ucrânia, a classe operária da Rússia e de todo mundo. Por isso, o Comitê de

Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui) tem feito uma campanha nas portas de fábrica, com nosso boletim Nossa Classe, levando nas portas de fábrica, de São Paulo e de vários estados do país, uma campanha contra a guerra, defendendo o fim da guerra! Pelo desmonte das bases estadunidenses; pelo

desmantelamento da OTAN; pela unidade territorial e autodeterminação da Ucrânia; pelo fim das sanções econômicas, que afetam o mundo todo, na alta do custo de vida; e pela retirada imediata das tropas russas! Viva a luta dos operários da CSN! Viva a luta da classe operária internacional! ■

Publicamos abaixo o Boletim Nossa Classe distribuído na manifestação

Aos trabalhadores e à juventude oprimida.

Em defesa das reivindicações dos operários da CSN.

Contra as punições patronais e judiciais. Readmissão de todos os demitidos e reintegração da Comissão de Base

Que os sindicatos e centrais organizem imediatamente uma campanha nacional em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

O Partido Operário Revolucionário (POR) e seu porta-voz fabril, o Boletim Nossa Classe, participam deste ato em defesa do direito irrestrito de greve e pelo atendimento das reivindicações do movimento grevista. A demissão de cerca de 100 trabalhadores é a forma brutal como a CSN reage às reivindicações mais elementares, como aumento geral de salário, PLR de 25% dos dividendos, fim do Banco de Horas, plano de saúde nacional e cartão-alimentação de R\$ 800,00. Agora, o movimento incluiu a readmissão dos demitidos, entre eles, os membros da Comissão de Base.

A CSN, há dois anos, não reajusta os salários. O salário médio bruto, recebido pela maioria, é de cerca de R\$ 1.700,00. Os trabalhadores e suas famílias não conseguem comprar o necessário e pagar as contas do mês. Está aí a explicação do porquê a CSN tem obtido altos lucros. Diz o ditado popular, do “couro sai a correia”, ou seja, é da brutal exploração capitalista do trabalho que o patronato lucra e acumula riquezas.

O que está ocorrendo na CSN acontece também nas demais fábricas, comércio e serviços. As campanhas salariais, ou foram abolidas pelas direções sindicais colaboracionistas, ou, de tão fajutas que são, não têm conseguido sequer repor as perdas inflacionárias. Assim, a renda média dos assalariados brasileiros vem caindo. O que quer dizer que os pobres se tornam mais pobres, e os miseráveis mais famintos.

Os empregados padecem de uma precarização do trabalho sem precedentes. A reforma trabalhista de Temer ampliou a terceirização e impulsionou a informalidade. A aposentadoria ficou muito mais difícil para a maioria dos brasileiros. Milhões nunca vão se aposentar, uma vez que não têm carteira assinada e estão sujeitos ao subemprego. Na Pandemia, foram fechadas milhares de fábricas e estabelecimentos comerciais. O desemprego, que cresceu desde a recessão de 2016, manteve-se nas alturas.

O fechamento das fábricas da Ford, em seguida, da LG, e agora da Toyota resultam em retrocesso econômico e maior sacrifício da classe operária. No entanto, os sindicatos e as centrais sindicais se submeteram a um acordo de demissão,

quando tinham o dever de lutar, até a última gota de suor, pela estatização sem indenização das fábricas fechadas, e controle operário da produção. Nesse exato momento, as multinacionais do setor automobilístico têm agido contra os interesses dos metalúrgicos, impondo férias coletivas e demissões, como se passou na Volks. Operários, o POR não poderia deixar de defender, nesta manifestação, o fim da guerra na Ucrânia. Os Estados Unidos tudo têm feito para prolongar uma guerra, que serve apenas aos interesses capitalistas. O POR é a seção brasileira do Comitê de Enlace pela Recons-

O POR e o Boletim Nossa Classe apoiam e trabalham pela vitória da greve da CSN. Defendem que os sindicatos convoquem assembleias e constituam os comitês de base em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas.

trução da IV Internacional (Cerqui), que vem fazendo uma campanha pelas bandeiras: Fim imediato da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômicas e financeiras contra a Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Que os operários ucranianos, russos, poloneses e de toda a Europa se unam para pôr fim à bárbara guerra. Nós, operários brasileiros, também fazemos parte da classe operária internacional, por isso, temos de lutar sob as bandeiras do CERQUI.

O POR e o Boletim Nossa Classe apoiam e trabalham pela vitória da greve da CSN. Defendem que os sindicatos convoquem assembleias e constituam os comitês de base em defesa dos empregos, salários e direitos trabalhistas. Fazemos um chamado aos grevistas e a Comissão de Base, para que fortaleçam a campanha do Boletim Nossa Classe contra o fechamento de fábricas, as demissões e por um reajuste nacional dos salários.

Boletim Nossa Classe – Pernambuco

O Boletim Nossa Classe foi distribuído no dia 2 de maio, em uma garagem rodoviária e uma fábrica alimentos na região metropolitana do Recife. Trouxe o balanço do 1º de Maio festivo e eleitoreiro das centrais sindicais, que passou longe de dar uma resposta internacionalista à Guerra da Ucrânia, e da tarefa de defender um programa próprio de reivindicações e convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios. Na defesa de um 1º de Maio classista, explicou que “O dia 1º de Maio foi criado como um dia de luta da classe operária pela redução da jornada de trabalho, pelo aumento de salários, pelo direito de se organizar politicamente. As direções sindicais e políticas abandonaram essa linha, e transformam a data em festividades ou palanques eleitorais. É preciso rejeitar a submissão das organizações operárias à política eleitoral, e o esvaziamento de seu conteúdo classista e de luta”. E conclui: “O Boletim Nossa Classe chama a classe operária a rejeitar toda ilusão nas eleições como via para solucionar os problemas das massas. Nenhum politiquês será capaz de garantir nossos empregos, salários e direitos. A única via para defendermos nossas vidas é unir a classe operária, convocar os comitês e assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia. Varrer a burocracia sindical vendida, e retomar os sindicatos como organizações de luta”.

O boletim expressou qual o programa dos explorados diante das demissões, desemprego, fechamento de fábricas, privatizações, alta do custo de vida e destruição de direitos trabalhistas, previdenciários e sindicais. Também fez o alerta sobre o fechamento de fábricas no ABC paulista, lembrando que “Na Região Metropolitana do Recife, a Kibon fechou, sem que o sindicato movesse uma palha em defesa dos empregos”.

Sobre a campanha salarial dos rodoviários, reproduzimos abaixo a nota “Preparar a greve para defender os salários, empregos e direitos com os métodos de luta”.

Boletim Nossa Classe defende que a direção do sindicato crie um comitê com representantes da base, para preparar a mobilização e greve para que a patronal atenda as reivindicações. É preciso reconhecer, porém, que essa pauta está abaixo das necessidades da família trabalhadora.

No dia 25 de abril, foi aprovado, na assembleia do Sindicato dos Rodoviários, o início da campanha salarial. Foi aprovada a reivindicação de reposição da inflação do último ano, e 5% para compensar perdas salariais passadas, além do ticket alimentação de R\$ 400, cesta básica, dentre outros pontos. Consta também o fim da dupla-função. Três dias depois, a direção do Sindicato dos Rodoviários (PSOL) protocolou a pauta de reivindicações na sede da Urbana-PE, e sugeriu a data de 9 de maio para uma primeira reunião entre sindicato e a patronal.



Boletim Sindical do Partido Operário Revolucionário
Ano XVIII - Especial - 02 de maio de 2022
(11) 95446-2020
nossa.classe@hotmail.com -- www.pormassas.org
nossa-classe.blogspot.com -- @massas_por

Política Operária

Centrais realizaram 1º de Maio festivo e eleitoreiro

Neste ano, o 1º de Maio ocorreu em meio à guerra na Ucrânia, à queda econômica e à elevação da inflação em todo o mundo. Passou longe da tarefa de defender um programa próprio de reivindicações e convocar um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios.

O Boletim Nossa Classe fez uma campanha para que as centrais, os sindicatos e os movimentos convocassem um 1º de Maio unitário, classista e internacionalista.

Unitário, porque a classe operária e os demais explorados necessitam de sua união para lutar: contra a exploração capitalista, os salários de fome, o desemprego e o subemprego massivos e a destruição de direitos trabalhistas.

Classista, porque corresponde à luta da classe operária e dos demais trabalhadores contra os exploradores capitalistas. Os explorados e os exploradores são classes opostas. Nós operários vendemos nossa força de trabalho aos capitalistas por um salário que mal dá para sobreviver. E os capitalistas obtêm altos lucros e vivem no mundo da fartura e do luxo. A luta classista do proletariado e dos demais trabalhadores tem de ser organizada e independente de toda a política burguesa.

Internacionalista, porque a classe operária é uma só em todo o mundo. Tem necessidades e interesses comuns em todo o lugar. O fato de estar separada em países e ter características nacionais não lhe tira a condição de classe única explorada mundialmente pela classe capitalista. Assim, a luta contra a exploração do trabalho, pobreza e miséria é uma só em todos os países.

O Boletim Nossa Classe considera que a situação dos explorados no Brasil e em todo o mundo vem piorando dia-a-dia. O desemprego aumenta com a redução do crescimento econômico, com o fechamento de fábricas e com a intensificação da exploração do trabalho. De costas para isso, as centrais e direções políticas fizeram um 1º de Maio festivo e eleitoreiro. O Boletim Nossa Classe chama os operários a exigirem das centrais e sindicatos que convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas por emprego, salário e direitos trabalhistas.

Pelo fim da guerra da Ucrânia

O que se passa na Ucrânia é uma guerra de dominação. Eis por que a classe operária mundial não pode apoiar os Estados Unidos e seus aliados, ou a Rússia. Os Estados Unidos são os mais interessados em sangrar o povo ucraniano, com o prolongamento da guerra. O imperialismo vem usando a OTAN para cercar a Rússia e, assim, quebrar o seu controle sobre imensas riquezas petrolíferas e minerais. Ocorre que a invasão das tropas russas resulta em opressão nacional da Ucrânia.

Somente a união da classe operária russa, ucraniana, europeia, norte-americana e de todo o mundo pode combater a guerra de dominação com uma política de classe.

O Boletim Nossa Classe chama os operários a apoiar e lutar sob as bandeiras: Fim da guerra e da barbárie; desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas; revogação das sanções econômicas contra a Rússia; pela autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

Nenhuma ilusão nas eleições burguesas

O 1º de Maio foi criado como um dia de luta da classe operária pela redução da jornada de trabalho, pelo aumento de salários, pelo direito de se organizar politicamente. As direções sindicais e políticas abandonaram essa linha e transformam a data em festividades ou palanques eleitorais. É preciso rejeitar a submissão das organizações operárias à política eleitoral e o esvaziamento de seu conteúdo classista e de luta.

O Boletim Nossa Classe chama a classe operária a rejeitar toda ilusão nas eleições como via para solucionar os problemas das massas. Nenhum politiquês será capaz de garantir nossos empregos, salários e direitos. A única via para defendermos nossas vidas é unir a classe operária, convocar os comitês e assembleias nos locais de estudo, trabalho e moradia. Varrer a burocracia sindical vendida e retomar os sindicatos como organizações de luta.

O sindicato não vem construindo a luta efetiva junto a sua categoria, pelo contrário, desvia a luta para o campo jurídico/parlamentar. Esse caminho tem levado a amargas derrotas da categoria como, por exemplo, a consolidação da dupla função dos motoristas e fim da função de cobrador. O ponto consta na pauta como mera formalidade, pois, não vem acompanhado da luta da categoria e da população pela volta dos cobradores. A Urbana-PE já deixou claro que seus lucros estão acima de tudo. Sem mobilização, greve, piquete e bloqueio de garagens, ruas, avenidas e rodovias, não será possível tirar os trabalhadores do sufoco, enfrentar as demissões, o arrocho salarial, e os abusos da patronal.

Por isso, o Boletim Nossa Classe defende que a direção do sindicato crie um comitê com representantes da base, para preparar a mobilização e greve para que a patronal atenda as reivindicações. É preciso reconhecer, porém, que essa pauta está abaixo das necessidades da família trabalhadora. É preciso uma luta unitária com outros sindicatos e centrais sindicais por emprego para todos, com divisão das horas de trabalho entre todos os aptos ao trabalho; escala móvel de salários, com reajuste imediato conforme a inflação; e pela reconquista de todos os direitos trabalhistas e previdenciários perdidos. Por isso, exigimos dos sindicatos e centrais que convoquem um verdadeiro dia nacional de lutas, com bloqueios e paralisações.

Ceará

Boletim - O Proletário

O Boletim traz na abertura a nota de denúncia da proliferação das epidemias. Com o título “Depois do Covid, a epidemia de Dengue, Zica e Chikungunya ameaça população pobre no Ceará”. Relata o número de casos e mortes por essas epidemias. Mostra que são nos bairros pobres, com ruas esburacadas, com água empoçada e com falta de saneamento básico, onde prolifera a reprodução do mosquito, transmissor da dengue, zica e chikungunya. Diz que é visível o descaso dos governos para os bairros operários, e que são incapazes de cuidar da Saúde da população trabalhadora. Conclui, dizendo que os moradores não podem esperar a boa vontade dos vereadores em resolver esse problema. Estes, uma

vez eleitos, esquecem os mais pobres, porque precisam governar para os ricos, grandes empresários, e até mesmo atender seus interesses individuais de enriquecer, com dinheiro público. Portanto, é preciso que a população do bairro se organize e lute por suas reivindicações de melhoria das condições de moradia e saúde.

Diante do novo aumento da luz, o Boletim propagandeia a bandeira da estatização imediata da ENEL e do fornecimento de energia elétrica no Ceará. Diz que esse aumento da luz se soma ao aumento generalizado no preço das mercadorias, do preço do gás de cozinha, do preço dos alimentos, desemprego, e da retirada de direitos. Quem vive com o salário mínimo de fome de

R\$ 1.212 mal consegue sustentar a sua família. Rechaça o aumento de 25% na energia e levanta da bandeira da estatização, sob o controle dos trabalhadores e usuários.

A outra nota diz respeito ao transporte coletivo. Denuncia a mudança de rota dos ônibus, o que atinge em cheio dos trabalhadores. Por fim, faz um breve balanço do que foi o 1º de Maio eleitoreiro das centrais e sindicatos, em Fortaleza. Conclui, mostrando a necessidade da organização independente dos explorados por suas reivindicações vitais, emprego, salário, direitos trabalhistas, saúde e moradia. E a defesa de um Dia Nacional de Lutas, com paralisações e bloqueios, convocado pelas centrais, sindicatos e movimentos.

Rio de Janeiro

Barbárie cotidiana nos morros do Rio

Como havíamos relatado no boletim Estudantil da UFF-Niterói e no Jornal Massas anterior, o governo do Rio de Janeiro, sob a direção do bolsonarista Claudio Castro, vem implementando o programa “Cidade Integrada”, uma reedição das UPP, porém, ainda mais agressivo. Relatos dos moradores das favelas e comunidades onde o programa vem sendo aplicado, e até em favelas onde ele não está previsto, mostram parte da situação de barbárie a que está submetido o proletariado carioca.

No dia 5 de maio, a PM invadiu o morro Dona Marta, na zona Sul, e deixou os moradores quase dois dias sem poderem sair de casa. Moradores relatam terem acordado de madrugada, por conta dos muitos tiros. Pequenos estabelecimentos foram roubados, moradores foram ameaçados e humilhados. Vídeos circulam nas redes, mostrando essa situação. Como de costume, a PM saiu sem prestar contas. A mídia burguesa nada relatou sobre o ocorrido.

O morro Dona Marta foi o primeiro da cidade a receber a antiga UPP, e apesar da pequena burguesia ver a comunidade como “turística”, a UPP nunca mudou sua realidade, não melhorou suas condições de vida. O morro não está no planejamento do “Cidade Integrada”, mas passou por essa operação repentina.

No dia 10 de maio, outro morro da Mineira, que não faz parte do “Cidade Integrada” foi invadido. Nesse período, também teve operações no morro dos Tabajaras, em Copacabana e uma operação no Pavão Pavãozinho, um conjunto de favelas situados entre os bairros de Copacabana e Ipanema. Aconteceu também no Morro do Santo Amaro. Pelo que se percebe, está ocorrendo um aumento dessas operações nos morros da zona

Sul, região mais rica da cidade.

Outro extremo é o que vem acontecendo há alguns meses na Vila Aliança, na zona oeste da cidade. Noticiou-se o caso de um morador que filmou a PM roubando sua casa. No dia 9 de maio, moradores em desespero nas redes sociais pediam por socorro, para que alguém intercedesse por eles, porque a PM, durante a realização de uma ocupação, começou a saquear as casas, quebrar coisas, levando seus pertences, quebrando carros, rasgando pneus de motos, etc. A comunidade da Vila Aliança é uma das mais invadidas da cidade, mas por estar localizada na zona oeste, com grandes problemas de acesso e transporte público, e por ser majoritariamente proletária, só ganha anúncios nos jornais diários locais.

Como se vê, a situação em que vivem as massas exploradas do Rio é de profunda barbárie. Carecem de uma organização própria, para além das entidades de bairro, que ou se ligam ao reformismo, e servem de correia de transmissão de políticos oportunistas, como Marcelo Freixo, ou permanecem limitadas ao nível da denúncia e da assistência. As massas exploradas cariocas precisam de seu próprio partido. É fundamental construir o Partido Operário Revolucionário, para organizar a revolta, combater os desmandos do braço armado do Estado, a polícia, de forma organizada, sob a orientação do programa da revolução proletária. O ponto de partida é combater em todos os locais a política eleitoreira e de colaboração de classes, que desempenha as direções políticas de esquerda. Isso por que esses problemas relatados não serão resolvidos nas eleições, pela troca de um governo burguês por outro governo burguês. ■

São Paulo

Burocracia do SINPEEM se agarra nas reuniões virtuais

Aconteceu, no dia 9 de maio, mais uma reunião virtual de representantes de escola (REs) do SINPEEM. Maio é o período da data-base da categoria. A situação objetiva é de achatamento salarial e de piora das condições de trabalho nas escolas. O funcionalismo, incluindo a Educação, vem de derrotas consecutivas, com uma série de contrarreformas aprovadas pelo governo, particularmente a previdenciária e aspectos da administrativa, todas retirando direitos. E tudo isso em uma conjuntura marcada pelos efeitos nocivos da guerra na Ucrânia, sentidos pelas massas em todo o mundo.

tarem isolados em suas casas, o que fere o caráter coletivo e voltado à ação, que necessariamente devem ter as instâncias sindicais.

A Corrente Proletária na Educação/POR tem combatido sistematicamente, desde o início da Pandemia, as reuniões virtuais nos sindicatos e demais organismos de luta das massas. Quando acessa tais reuniões, o faz unicamente para denunciar a farsa, e exigir o retorno dos encontros presenciais. Foi justamente o que realizou no dia 9: denunciou o atraso na organização da campanha salarial, mesmo erro cometido pela direção sindical no ano passado, na luta contra o PLO 07

virtuais, com sucessivas falas de membros da direção e simpatizantes acerca das “quase 900 escolas visitadas” no último período, para “dialogar com os trabalhadores” sobre as consequências da reforma da Previdência e outros aspectos. Trata-se de um argumento claramente defensivo: é a burocracia sindical tentando mostrar que não está em “lockdown”.

O fato, entretanto, é que não tivemos uma assembleia sequer neste ano. Mesmo com um chamado das demais entidades do funcionalismo municipal, que compõem o “Fórum”, para o dia 18 de maio, a direção do SINPEEM decidiu permanecer no imobilismo. Tem usado como desculpa, para não participar das ações convocadas pelo “Fórum”, a constatação de que há sindicatos desta aliança do funcionalismo que defenderam e defendem a substituição dos salários pelos subsídios (que acarreta na perda dos quinquênios, sexta-parte e outros direitos). Sem dúvida, um posicionamento equivocado, que deve mesmo ser criticado. Outra coisa muito diferente, porém, é se negar a fazer manifestações e assembleias unitárias em torno das reivindicações concretas de reajuste salarial, por melhores condições de trabalho etc.

No fundo, há uma disputa aparelhista entre as burocracias sindicais impedindo a unidade do funcionalismo. Aos trabalhadores, tais disputas mesquinhas não interessam. O que realmente importa é a defesa de seus interesses como categoria. E não há como fazê-lo sem levar em conta a conjuntura. É preciso analisar os fatores da crise econômica, particularmente o peso da guerra na Ucrânia, com todos os seus desdobramentos. É urgente a convocação das instâncias presenciais do sindicato, bem como é preciso que as centrais sindicais e movimentos saiam da paralisia em que se encontram, e convoquem um Dia Nacional de Luta, como preparação de uma poderosa greve geral. Está aí o caminho por onde a campanha salarial do SINPEEM pode alcançar a vitória. ■

No fundo, há uma disputa aparelhista entre as burocracias sindicais impedindo a unidade do funcionalismo. Aos trabalhadores, tais disputas mesquinhas não interessam. O que realmente importa é a defesa de seus interesses como categoria. E não há como fazê-lo sem levar em conta a conjuntura.

Como se vê, o quadro exigia que fosse feito um balanço do último período, de forma a permitir que a categoria tirasse as devidas lições, e tomasse as medidas práticas necessárias para organizar a resistência coletiva. O que se viu, contudo, foi mais uma farsa montada pela direção sindical. Ficou comprovado, novamente, que as reuniões virtuais não servem a outro propósito, a não ser aumentar o controle burocrático da direção sobre as instâncias do sindicato, afastando ainda mais os trabalhadores do caminho da luta.

A reunião consistiu em um extenso monólogo do presidente, Cláudio Fonseca, seguido de uma lista de inscritos manipulada, sem qualquer transparência e sem qualquer controle da base. O formato on-line favorece esse tipo de manobra. Nas reuniões presenciais, é possível à Oposição protestar e se fazer ouvir, pressionando em defesa do método da democracia operária, o que não se consegue fazer virtualmente. Isso, sem contar o enorme prejuízo político que representa o fato de os trabalhadores es-

(da nova reforma da Previdência), e colocou a necessidade de retomar às reuniões presenciais de REs, além de cobrar a convocação de uma assembleia, também presencial, para que a categoria pudesse decidir os rumos da campanha.

O presidente do sindicato se viu obrigado a responder à Corrente Proletária. Argumentou que a Pandemia ainda não se encerrou, e que seria temerário reunir os REs presencialmente. Durante a reunião, usou também a justificativa de que o governo só concedeu o abono de ponto para um cargo, o que dificultaria a participação dos REs que possuem acúmulo. Quanto à campanha salarial, disse que a Diretoria já havia encaminhado ao Prefeito a pauta de reivindicações, e que estava se reunindo com o mesmo para tratar dos itens. Em relação à assembleia, afirmou que a convocaria “quando fosse necessário”, fazendo a ressalva de que a categoria estava repondo a greve do ano passado.

Vale um comentário, ainda, sobre a tentativa de passar a imagem de uma direção que não está escondida nos meios

São Paulo

Intervenção da Corrente Proletária no Conselho de Representantes (CR) da Apeoesp

No dia 30 de abril, foi realizada uma reunião ampliada do CR. Na primeira parte, a direção do sindicato convidou as correntes que apoiam a candidatura de Lula para exporem sobre a conjuntura internacional e nacional. Estavam presentes: o PT, por meio do advogado Eduardo Greenhalgh, e Franklin Leão, diretor da CNTE; PSOL, representado por Mauro Puerro, da corrente Resistência; o desembargador, Alfredo Attié; e PCO, por Henrique Arias. Como o POR e PSTU não estão na frente pró-Lula, não foram convidados. Assim, tiveram apenas a intervenção de plenário.

Dois pontos centrais estiveram no centro das exposições: 1) a posição na guerra da Ucrânia; 2) a importância de ampliar a campanha pela candidatura de Lula. Greenhalgh enfatizou o fim da guerra e as bandeiras de “Saia Biden, Putin, OTAN da Ucrânia” e “autodeterminação”, que se trata de uma guerra de “disputa por negócios”, que não é possível apoiar a Rússia, porque hoje não guarda nada do passado, que é um país capitalista governado por oligarcas mafiosos. Sobre a eleição de outubro, mostrou que a crise política instaurada por Bolsonaro é proposital, serve para ocultar a crise econômica, a consequente crise social e alimentar suas ameaças à democracia. Disse que Lula não pode ser uma candidatura que compareça perante a população como uma vingança (referindo-se à prisão e aos falsos processos da Lava Jato). E que nesse sentido trazer Geraldo Alckmin foi um acerto, para evidenciar que não quer revanche. Disse que a eleição não está ganha, apesar da liderança de Lula nas pesquisas, e que é preciso um esforço concentrado da militância. Conclui ressaltando que Lula, se eleito, deve convocar uma Assembleia Constituinte, tendo em vista que a Constituição de 1988 foi desfigurada.

O representante do PSOL, ex-PSTU, Mauro Puerro, iniciou falando sobre a crise do capitalismo, iniciada em 2008, que se aprofundou, que a disputa por mercados entre os Estados Unidos e China vem crescendo, que os partidos de ultradireita vêm crescendo na Europa (citando Hungria, Polônia, França), e que a guerra na Ucrânia é parte dessa crise, que se expressa no fortalecimento militar e expansão da OTAN (Estados Unidos), e na política de Putin de reconstrução de uma Rússia czarista (referindo a opressão sobre as nacionalidades). Sobre a conjuntura nacional, destacou que o Brasil vem sendo atingido por essa crise mundial. E que é preciso derrotar Bolsonaro nas ruas e nas urnas. Lamentou que as manifestações da campanha Fora Bolsonaro não foram suficientes para afastar o governo. Que é um erro ter Alckmin como vice, mas que não pode ser um empecilho para não estar pela candidatura de Lula. E con-

cluiu mostrando o acerto do PSOL de não lançar candidatura própria, e apoiar Lula desde o 1º turno.

O desembargador Alfredo Attié destacou o momento difícil que vive o país e o mundo; que não há espaço para a neutralidade; e que está posta a constituição de uma frente pela democracia. Nessas eleições, a polarização se dá entre o autoritarismo e a democracia.

O dirigente da CNTE, Leão, responsabilizou a OTAN pela guerra na Ucrânia; que se trata de uma ação para potenciar as indústrias bélicas norte-americanas; que se trata da disputa en-

tre Estados Unidos e Rússia; que o povo ucraniano tem sido usado para promover a resistência criminosas; e que é preciso defender o fim da guerra. Em relação à conjuntura nacional, centrou na campanha petista para a eleição de Lula.

O último expositor, Henrique Arias, PCO, iniciou falando do ato do 1º de Maio das centrais no Pacaembu; que esse ato é a continuidade do movimento Fora Bolsonaro; que é preciso organizar as mobilizações contra a elevação do custo de vida, em defesa das greves (citou a CSN), ganhar as ruas, mas tendo como instrumento a candidatura de Lula. Que é necessário impulsionar a luta contra os golpistas; que a discussão sobre a presença de Alckmin na chapa tem de ser superada, porque o problema maior é a mobilização. E que a Apeoesp tem de construir os comitês de

luta. Sobre a guerra na Ucrânia, timidamente se posicionou a favor da invasão de Putin à Ucrânia, por se tratar de uma “operação defensiva”, diante do imperialismo e da OTAN. E que a vitória da Rússia é a demonstração de fraqueza do imperialismo.

Após o término das exposições, foi aberto para o plenário. Nesse momento, as correntes internas ao PSOL disseram que no Congresso do partido estavam por candidaturas próprias, mas que a maioria decidiu pelo apoio à Lula. Que foi rebatida, com o argumento de que as divergências internas ficaram para trás, e que agora é trabalhar pela vitória de Lula. Mais uma vez, os petistas e aliados frisaram que essa eleição tem a particularidade de derrotar o “fascismo”, e fazer valer a democracia e suas instituições.

No ponto sobre a mobilização dos professores, aprovou-se uma campanha junto às escolas contra o Plano de Carreira de Doria, para barrar a adesão de uma parcela que se sente atraída com o piso de R\$ 5.000,00 e a evolução por provas de mérito, e não é capaz de compreender que está renunciado ao direito de reposição salarial das perdas, trocando salário por subsídio, abdicando das conquistas, como faltas abonadas e médicas, evolução por tempo de serviço, etc. Assim, nova assembleia foi marcada para o dia 3 de junho, exigindo 33,24% de reajuste a todos os professores, o que inclui os aposentados.

Após o término das exposições, foi aberto para o plenário. Nesse momento, as correntes internas ao PSOL disseram que no Congresso do partido estavam por candidaturas próprias, mas que a maioria decidiu pelo apoio à Lula. Que foi rebatida, com o argumento de que as divergências internas ficaram para trás, e que agora é trabalhar pela vitória de Lula. Mais uma vez, os petistas e aliados frisaram que essa eleição tem a particularidade de derrotar o “fascismo”, e fazer valer a democracia e suas instituições.

Pronunciamento do POR

Companheiros, a primeira questão diz respeito ao debate da situação internacional e nacional. A mesa foi constituída coma as posições favoráveis à candidatura de Lula. A democracia sindical impõe a defesa das posições das correntes que têm intervenção no sindicato e no movimento dos professores. A segunda refere-se à situação em que estamos vivendo. Estamos diante de uma profunda crise econômica mundial, que vem desde 2008, e que se agravou com a Pandemia. Nem bem a Pandemia arrefeceu, veio a guerra na Ucrânia, que já completou dois meses. Os trabalhadores não podem ficar passivos.

Nós, diante da bárbara guerra, estamos intervindo nos movimentos, sob as bandeiras internacionalistas do Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (Cerqui), pelo fim da guerra. É bom frisar que não somos contra todo tipo de guerra. Há guerras de libertação e de dominação. Na Ucrânia, trata-se de uma guerra de dominação. Ressaltamos que essa guerra tem um responsável, que é o imperialismo norte-americano e seu braço armado, a OTAN, que vem fazendo um cerco à Rússia, utilizando as ex-repúblicas soviéticas. Daí as bandeiras de desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas. Para se defender do cerco militar, a Rússia exerce a opressão nacional sobre a Ucrânia, por meios e métodos imperialistas, a guerra de dominação.

Assim, defendemos a autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. E, assim, propomos que as direções sindicais convoquem manifestações contra essa bárbara guerra.

Em relação à questão nacional, nós estamos entre aqueles que consideram que não é trocando de governo que se resolverão os graves problemas da maioria da população. Contrariamente às exposições, que dizem que nessas eleições estão em disputa a democracia e o fascismo, dizemos que somente a luta direta, a luta de classe, pode impor a democracia operária. A política golpista de bolsonarista não vai ser derrubada pelas eleições. Lamentavelmente, as direções sindicais têm conduzido a luta dos trabalhadores para o apoio à democracia burguesa, portanto às eleições. Temos a experiência dos governos do PT, agora, se Lula for eleito, chegará pelos braços de Garibaldi e Renan Calheiros – da oligarquia do Nordeste. Chegará pelo braço do político burguês do Paraná, Requião, e do braço de Geraldo Alckmin, de uma fração do capital financeiro. Portanto, governará para a burguesia.

Por fim, companheiros, é preciso que as centrais, sindicatos e movimentos, diante da fome e da miséria, convoquem imediatamente um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, por empregos, salários e direitos trabalhistas. ■

São Paulo- ABC

Só com luta direta se imporá o pagamento do Piso Nacional aos professores do ABC

Após o anúncio do reajuste do Piso Nacional de 33, 24%, os professores iniciaram as movimentações para obter o mesmo índice em seus salários. Nas cidades do Grande ABC, onde as arrecadações são maiores, a questão do pagamento do Piso já era para ter sido resolvida. No entanto, os prefeitos, tanto de direita como os do PT, sequer reajustaram pela inflação anual. Em Santo André, governada pelo PL, o reajuste salarial para todos os funcionários do município foi de 7%, parcelado e abono.

Em Mauá, dirigida pelo PT, o índice foi de 3%, mais um abono parcelado de R\$ 800 e R\$ 50, no auxílio alimentação. Em São Bernardo do Campo, prefeito do PSDB, o reajuste aos funcionários públicos foi escalonado, variando entre 10% a 23%. Em Diadema, prefeito do PT, ainda não foi concedido o reajuste. Em São Caetano do Sul, que tem a maior renda per capita, o prefeito deu um reajuste de 10,57%. Portanto, nenhum prefeito concedeu o reajuste de 33,24%.

O problema é que não tem havido uma verdadeira campanha pelo reajuste de 33,24%, que inclui os aposentados. O que tem prevalecido, por parte das direções, é a campanha pelas candidaturas petistas, em particular a de Lula. Subordinam, assim, a luta direta pelas reivindicações por disputas eleitorais, alimentando a falsa ilusão de que, substituindo um governo reacionário por outro, “mais democrático”, é possível melhorias nas condições salariais e de trabalho. O exemplo do ABC serve de prova de que todos, sejam do PT ou da direita, são go-

vernos burgueses. Lamentavelmente, as correntes de esquerda, no ABC, não querem se chocar com os prefeitos petistas e, por isso, não estão dispostas a organizar um movimento verdadeiramente pela imposição dos 33,24%.

Certamente, o que ocorre no ABC não é um fato isolado no estado de São Paulo. O que implica organizar uma resposta coletiva, que somente poderá ser dada por meio dos métodos da luta direta, greves, bloqueios, etc. O eleitoralismo é uma armadilha, por isso, deve ser rejeitado. Para isso, a assembleia de 3 de junho tem de ser massiva. A indignação individual ou por escola, diante do não cumprimento do reajuste do Piso Nacional, não demoverá a ação centralizada dos governantes contra o reajuste. Daí nossa principal tarefa: discutir a partir das escolas a paralisação no dia 3 de junho, constituir os comitês de luta, unificar a luta dos professores efetivos, contratados e aposentados. Unificar também com os terceirizados, pelo fim das terceirizações nas escolas e a efetivação.



Rondônia

Direção do Sintero quebra a greve dos técnicos das escolas municipais

A direção burocrática do Sintero quebrou a greve dos técnicos da Educação no município de Porto Velho. Mas isso não é um fato novo. Trata-se de uma burocracia conciliadora e traidora.

A greve dos técnicos das escolas municipais iniciou-se em 28 de abril, de forma massiva e radicalizada. Um movimento que contou, já de início, com 80% dos trabalhadores paralisados. A prefeitura, podendo contar com a direção do sindicato, recorreu à Justiça e conseguiu liminar contra a greve. A Justiça patronal determinou uma multa de R\$ 50 mil, por dia, ao sindicato, e R\$ 1 mil para cada dirigente sindical, caso a greve não fosse encerrada. Isso também não é um fato novo.

Os patrões e governantes, diante das paralisações, usam a lei antigreve, que determina multa gigantesca e punições aos dirigentes. O problema está em que as direções sindicais acatam, como carneiros, essas decisões antidemocráticas. Rejeitam organizar um movimento nacional para pôr abaixo a lei que proíbe o direito de greve. Assim, diante de uma liminar, como essa, rapidamente quebram o movimento dos trabalhadores.

A greve dos técnicos tinha como reivindicação principal o reajuste de 33,25%. O prefeito se comprometeu a pagar em maio o reajuste aos professores, mas excluiu os técnicos, que também são funcionários de escola, repassando apenas 10,06%. Em apenas uma semana, a greve ganhou as ruas, com manifestações na prefeitura e panfletagens, nos bairros e centro da capital. Havia possibilidade de ganhar o apoio efetivo dos professores, porque as escolas estavam com muitas dificuldades de funcionar, sem o trabalho dos técnicos, e os professores ain-

da não tinham recebido o reajuste do piso nacional.

Para os burocratas do sindicato, nada disso é importante. O que vale é acatar a ordem judicial. Foi o que fez prontamente. Dessa forma, montou seu aparato jurídico, para “demonstrar” que a greve não poderia continuar. Convocou os presidente e ex-presidente da CUT estadual para ajudar a convencer os grevistas de que a greve não poderia continuar. Armou uma assembleia (3 de maio) antidemocrática, onde somente a burocracia podia falar e aterrorizar os grevistas, com a decisão judicial. Fez uma votação rápida, para garantir a maioria. Depois que aprovou o fim da greve, abriu o microfone para os grevistas. Uma parcela descontente, indignada com a conduta do sindicato, exigiu a convocação de nova assembleia, para avaliar e discutir a reposição dos dias parados. Mas, os burocratas fingiram de mortos.

Essa experiência negativa com uma direção burocrática deve servir para que os técnicos e professores se coloquem por organizar um verdadeiro movimento de oposição classista e de luta. É preciso combater a burocratização dos sindicatos e as traições cometidas por essas direções. O que necessita de uma forte Oposição. Não uma Oposição que só aparece em momento de eleições sindicais, mas uma Oposição organizada desde as escolas, sob um programa de independência de classe e em defesa das reivindicações vitais dos trabalhadores e seus métodos de luta. Esse é o trabalho que a Corrente Proletária vem desenvolvendo e que necessita ganhar força, com a participação dos trabalhadores da Educação mais conscientes. ■

Rio de Janeiro

Pelo Passe Livre Estudantil na UFF

No dia 10 de maio, ocorreu uma assembleia no campus Gragoatá da UFF, em Niterói, em defesa do passe livre universitário municipal e intermunicipal. Chamada pelo movimento UFF Pelo Passe Livre, a assembleia contou com a participação diversas correntes e coletivos, e, mais uma vez, sem as correntes da atual gestão do DCE, apenas uma representante (UJS) compareceu. Teve também a participação de membros da chapa 2 (Movimento UFF Democrática) para as eleições da reitoria, que reiteraram seu apoio ao passe livre e às demais demandas para a assistência estudantil e divulgação de campanha. Recentemente, na Câmara Municipal de Niterói e na Alerj, foram protocolados dois projetos de lei que garantem o passe livre para estudantes de baixa renda. Esta pauta histórica do movimento estudantil é extremamente necessária no atual cenário de aumento do custo de vida, da miséria e da fome. Escolher se come ou se paga o transporte, se vai à aula ou trabalha ou se permanece no ensino a distância, por não ter dinheiro para se locomover, já faz parte do dia-a-dia de muitos. A dificuldade de permanecer na universidade pública é a realidade de boa parte dos estudantes, na qual mais de 70% são de baixa renda e 51,2% são negros, segundo dados recentes da Andifes.

Durante as falas, percebeu-se uma oscilação, entre a defesa

restrita pela via institucional e a defesa da luta direta. É importante destacar que a luta pelo passe livre universitário não deve limitar-se às votações na Câmara, ela deve ser construída e ampliada nas ruas, nos métodos de ação direta. Devemos levantar a bandeira de estatização do transporte público, sem indenização, que esteja nas mãos de quem trabalha. Tomar o transporte coletivo das mãos dos parasitas burgueses é tarefa da classe operária e dos demais trabalhadores, em unidade com a luta estudantil.

As deliberações e encaminhamentos seguem o caminho de ampliação da luta. Um ato já foi marcado para o dia 26 de maio (dia da audiência pública) e também a criação de um comitê para levar essa pauta aos diretórios e centros acadêmicos, ampliar os chamados, as distribuições e o trabalho de agitação de maneira geral, visando a fortalecer os atos de rua e o próprio movimento. Nesse sentido, a luta pela permanência deve ser imediatamente encarnada pelo conjunto dos estudantes, que devem cobrar suas direções estudantis tomadas pela burocracia, pelo oportunismo e imobilismo, e partir em defesa da construção e do chamado de uma assembleia geral, pela unidade dos estudantes, professores e funcionários, e pela defesa da autonomia universitária. ■

34º Congresso do SINASEFE

De 12 a 15 de maio, será realizado o 34º Congresso do Sindicato Nacional dos Servidores Federais da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (SINASEFE). A Corrente Proletária na Educação inscreveu suas teses ao Congresso (já apresentadas em edição anterior do massas), e contará com delegados. Publicamos abaixo o manifesto que será entregue aos delegados na abertura do evento. Divulgaremos também, em nossa banca, um material específico com nossas bandeiras de combate ao EaD e privatismo.

Manifesto ao 34º Congresso do SINASEFE

Enfrentar a alta do custo de vida, retirada de direitos, piora nas condições de trabalho e avanço do privatismo com os métodos e bandeiras classistas e internacionalistas!

Pelo fim da Guerra na Ucrânia! Garantir a independência política e organizativa dos explorados nas eleições! Deflagrar a greve do SINASEFE em defesa da reposição salarial!

Os servidores dos Institutos Federais (IFs) realizam seu 34º Congresso de forma presencial, após mais dois anos atomizados pelos métodos virtuais. É uma tarefa urgente realizar um balanço do quanto o ensino a distância e os métodos virtuais na organização sindical foram prejudiciais e devem ser descartados. Os desafios da conjuntura internacional e nacional exigem a recuperação dos métodos próprios dos explorados: os comitês e assembleias presenciais, os atos massivos e a greve ativa e mobilizada. Por solidariedade ativa às greves e lutas em curso: pela vitória da luta dos operários da CSN em defesa dos salários, direitos e empregos! Fortalecer a greve do INSS, deflagrando a greve do SINASEFE e trabalhando pela greve do funcionalismo público.

Nem bem a Pandemia arrefeceu, os povos e trabalhadores do mundo todo se viram diante de uma guerra insana na Ucrânia. Empobrecidas e desprotegidas, as massas pagaram caro, não apenas pela letalidade do vírus, como também pelo fechamento de fábricas e onda de demissões. Os capitalistas aproveitaram a situação calamitosa, para cortar postos de trabalho, demitir e reduzir os salários, bem como eliminar direitos trabalhistas. A aplicação da MP 936, de Bolsonaro e do Congresso Nacional, resultou em um forte ataque às condições de trabalho e existência dos assalariados. Agora, pretendem nivelar por baixo as condições de trabalho do setor público e privado, por meio da contrarreforma administrativa.

As direções sindicais e políticas se subordinaram à política burguesa do isolamento social, orientaram as massas a ficarem em casa, o que era inviável para a imensa maioria. Fecharam os sindicatos e se refugiaram nos meios virtuais. Era evidente que, ante a Pandemia, os capitalistas se aproveitariam para aumentar a exploração e destruir antigas conquistas. A defesa da vida, dos empregos e dos direitos dependia da luta no campo da independência de classe. As recomendações científicas do isolamento social não poderiam ser colocadas a serviço da proteção da vida dos explorados. Sem mobilizações coletivas, os sindicatos referendaram em assembleias virtuais a aplicação da MP 936 e os acordos de demissão diante do fechamento da Ford e outras fábricas. Criou-se um confronto entre as multinacionais e os trabalhadores brasileiros, que exigia a ocupação

das fábricas fechadas e a luta para que o governo as estatizasse, sem indenizar os exploradores e saqueadores do País.

Em 29 de maio de 2021, o movimento de massas voltou às ruas. As direções sindicais e políticas subordinaram o movimento às bandeiras de “Fora Bolsonaro e Impeachment”, com a orientação de articular uma frente ampla com a burguesia opositora a Bolsonaro. O Congresso Nacional concluiu a CPI da Covid e o movimento institucional pelo impeachment foi enterrado. As forças que impulsionaram o “Fora Bolsonaro” redirecionaram-se para as eleições, tendo em vista a projeção da candidatura de Lula. Ou seja, as manifestações do “Fora Bolsonaro” tinham um conteúdo burguês e pequeno-burguês, de substituir um governo burguês por outro. Estava em choque com um programa próprio dos explorados, no campo da independência de classe, o que significava defender: retomada imediata dos métodos presenciais de luta, com assembleias presenciais, plenárias unificadas dos explorados, construção de comitês de luta em defesa dos empregos, salários e direitos; que os explorados, de forma independente dos patrões e governos, construíssem sua carta de reivindicações e um plano emergencial próprio, tendo como centro a defesa dos empregos, salários e direitos.

Essa tarefa segue vigente.

As direções sindicais e políticas têm iludido as massas de que a eleição de Lula será a solução de seus problemas, como se todos os males se encerrassem com a retirada de Bolsonaro do poder. É preciso apontar que, por trás de Bolsonaro, está a burguesia, sobretudo sua fração monopolista, e que Lula quer governar para essa mesma classe, com o diferencial de ter uma política de conciliação, amparada no controle das direções do movimento sindical, popular e estudantil. O cenário de crise econômica e consequências da guerra imporá mais ataques e contrarreformas. As massas só podem se defender, se romperem com as ilusões eleitorais. Por isso, nada de subordinar os sindicatos e centrais ao eleitoralismo. Que cumpram seu papel histórico de defender os explorados diante do Estado e patrões.

Combater o divisionismo sindical e trabalhar pela construção de um congresso de unificação de todas as centrais sindicais

O 34º CONSINASEFE tem a tarefa de eleger a nova direção nacional do SINASEFE. Sem a existência de uma fração revolucionária no interior de sindicato, prevalecerão os confrontos e arranjos aparelhistas. Aparelhismo que foi visto no

Congresso de 2020, quando foi aprovada a saída da CSP-Conlutas, em nome da criação de um Fórum Sindical, Popular e de Juventude de Luta pelos Direitos e pelas Liberdades Democráticas. Trata-se de uma aventura divisionista, protagonizada pelo PSOL e PCB, que se dá à margem da necessária tarefa de garantir a centralização política e organizativa dos explorados. O estilhamento das centrais sindicais só favorece as burocracias sindicais. A classe operária e os demais explorados precisam de uma única central, classista e combativa. O SINASEFE deve defender a realização de um Congresso de Unificação de todos os trabalhadores do país, a partir de suas reivindicações elementares, da democracia e dos métodos próprios da classe operária.

Não vacilar! Construir a GREVE em torno da pauta unificada dos servidores federais

A retomada da campanha salarial ocorre após quase dois anos de dissolução das entidades no mundo virtual. É importante lembrar que, em março de 2020, a plenária do SINASEFE, ANDES, e FASUBRA deliberou a construção da greve, mas este movimento foi enterrado com o cancelamento da paralisação dia 18 de março de 2020, sob a política do “fique em casa”. As assembleias, atos virtuais e por delegação se mostraram inócuos para defender as condições de vida do funcionalismo. Diante do retorno às atividades presenciais na Educação, as direções sindicais ainda não romperam totalmente com os métodos virtuais, o que é um obstáculo para a retomada da mobilização e construção da greve.

As direções nacionais já começaram abrindo mão da íntegra das perdas inflacionárias, adotando um índice defasado de 19,99%. Dias nacionais de deflagração da greve são marcados e depois desmarcados. Em 23 de março, os servidores do INSS entraram em greve, e as demais direções do FONASEFE recuaram, deixando a greve isolada. Em greve, esses servidores estão negociando sua pauta específica. Sem greve, os demais servidores só têm a promessa de uma migalha de Bolsonaro de um reajuste linear de 5%, ou seja, uma redução salarial, diante da alta da inflação no último período. Nada de recuar da nossa reivindicação! Nada de vacilação! Por Plenárias Nacionais Presenciais de base para deflagração da greve unificada. Que o calendário deliberado pelo SINASEFE para a deflagração da greve em 16 de maio seja cumprido e que, para tanto, a direção saia do virtual e fortaleça a campanha, construindo-a a partir da base por meio da retomada imediata de assembleias e plenárias presenciais. Construir uma greve ativa, massiva e mobilizada para arrancar do governo a recomposição salarial de 19,99%!

Por um Dia Nacional de Luta: Defesa dos empregos, salários e direitos!

A greve do SINASEFE precisa ser um elo na unificação de estudantes, professores e técnico-administrativos no âmbito de cada instituição, em assembleias e comitês unificados presenciais, em defesa das condições de estudo e trabalho. Nossa greve será uma manifestação de solidariedade ativa à greve do INSS e projeção para a construção da greve da educação federal e do funcionalismo público. O FONASEFE já

fracassou em deflagrar a greve unificada, por isso chamamos a bases a atropelarem as vacilações das direções, e erguerem um movimento forte e unitário. Essas lutas, precisam se aliar às greves e manifestações operárias que estão despontando em defesa dos empregos, salários e direitos. É urgente que as centrais sindicais, sindicatos e movimentos populares atuem pela construção de uma pauta única de reivindicações, e convocação de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, como um primeiro passo para a construção da greve geral!

O FONASEFE já fracassou em deflagrar a greve unificada, por isso chamamos a bases a atropelarem as vacilações das direções, e erguerem um movimento forte e unitário. Essas lutas, precisam se aliar às greves e manifestações operárias que estão despontando em defesa dos empregos, salários e direitos.

Pelo fim da Guerra da Ucrânia

A Guerra na Ucrânia já passou de dois meses e as potências imperialistas estão trabalhando por seu prolongamento, fornecendo recursos para armamentos pesados e ampliando as sanções econômicas contra a Rússia. É preciso rechaçar a campanha dos meios de comunicação monopolistas em torno do discurso da OTAN. Precisamos de uma campanha classista e internacionalista, que mostre que o imperialismo, com seu cerco militar em torno da Rússia é o responsável pela guerra. Porém, a burocracia e oligarquia russas respondem a essa ofensiva da OTAN, com os métodos imperialistas de opressão nacional contra o povo ucraniano. Sendo assim, é fundamental que o CONSINASEFE aprove uma campanha em torno das bandeiras: Pelo fim da guerra! Desmantelamento da OTAN e de suas bases militares na Europa! Revogação das sanções econômicas contra a Rússia e a economia mundial. Pela retirada das tropas russas da Ucrânia! Defesa da autodeterminação e integridade territorial ucranianas.

A guerra e as sanções econômicas impactam e impactarão todos os âmbitos de nossas vidas. Serão o pano de fundo para maiores ofensivas do imperialismo em torno dos ajustes fiscais e contrarreformas, impondo a destruição de direitos, privatizações e sustentação do parasitismo da dívida pública. Já são vistos os efeitos no agravamento da fome e da miséria em todo o mundo. Diante da alta insuportável nos preços dos combustíveis e alimentos, já começam a haver explosões de revolta, como é o caso do Peru. Trata-se de um exemplo importante, pois, lá, quem tem descarregado a crise nas costas dos explorados, é o governo oriundo do movimento sindical e camponês, que, como todo governo burguês, protege a propriedade privada e os interesses gerais do imperialismo. Por isso, é necessário uma resposta classista e internacionalista aos problemas enfrentados pelas massas, seja em nossa realidade mais imediata, com a construção de nossa greve, na luta pelos empregos salários e direitos, sem nenhuma ilusão nas eleições burguesas, mas também com uma posição definida em torno da guerra e seus impactos na vida da maioria oprimida.

Intervenção do CERQUI e POR-Brasil no 1º de Maio

O Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (CERQUI) e suas seções intervieram neste 1º de Maio com suas publicações e manifestos (nacionais e internacionais), defendendo um 1º de Maio classista e internacionalista. A classe operária e os demais explorados estão sofrendo as consequências da crise econômica e da pandemia, potenciadas pela guerra na Ucrânia. O prolongamento da guerra aprofunda a barbárie social. Esse dia 1º de Maio nasceu internacionalista, erguendo como bandeira a unidade internacional da classe operária, sob as bandeiras: “fim da guerra, desmantelamento da OTAN e das bases militares norte-americanas, revogação das sanções econômico-financeiras contra a Rússia, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia”.

São Paulo

Ato eleitoral das direções sindicais

O 1º de Maio, convocado pela maioria das centrais, sindicatos e movimentos, no Pacaembu, esteve voltado ao apoio à candidatura Lula. Reuniu milhares de pessoas, mas não conseguiu ultrapassar os atos da Campanha Fora Bolsonaro, ocorridos no ano passado. Embora contasse com um show de artistas “famosos”.

Como se tratava da primeira manifestação com a presença de Lula, os organizadores esperavam um público gigantesco. No palanque, os dirigentes sindicais se revezaram, explicitando o apoio das centrais a Lula. Coube a Lula arrematar a festa, com o discurso demagógico, em defesa da democracia e de combate à fome e à miséria.

Protestos da ultradireita na Av. Paulista

Na Av. Paulista, ocorreu a manifestação dos apoiadores de Bolsonaro, que desta vez não esteve presente. A direita, trajando roupas Verde e Amarelo, portando cartazes e faixas em favor do golpe militar, se concentrou na Avenida à espera do meliante Daniel Silveira. O parlamentar ultradireitista discursou contra o Supremo Tribunal Federal, e foi ovacionado pelos apoiadores do Ato Institucional nº 5, da ditadura militar. Apesar do enorme aparato,

o ato bolsonarista não atingiu o esperado pelos organizadores.

O ato na Praça da Sé expressou a independência de classe

O ato por um 1º de Maio Classista e Internacionalista ocorreu na Praça da Sé, local histórico das lutas operárias. Tratou-se de uma manifestação contra a utilização do Dia Internacional do Trabalhador para os festejos e a politicagem burguesa. O POR convocou e interveio nessa manifestação, juntamente com a Pastoral Operária, setores da Intersindical, representantes do sindicato dos químicos de São José dos Campos, agrupamentos de imigrantes negros, FOB, LOI e PCB. Representantes do PSTU/CSP-Conlutas e parlamentares do PSOL estiveram presentes e usaram a tribuna. Cabe ressaltar que o PSTU convocou uma manifestação separada, no período da tarde, em outro local, dividindo assim o ato da Praça da Sé.

O ato da Praça da Sé expressou a independência de classe dos explorados. Palavras de ordem em torno às reivindicações dos trabalhadores e da estratégia da luta de classes foram entoadas no final de cada pronunciamento.

Pronunciamento do POR

Companheiros, companheiras,

O Partido Operário Revolucionário comparece a esse ato de 1º de Maio, na Praça da Sé, para denunciar a conduta traidora e covarde das direções sindicais e políticas que estão realizando um comício no Pacaembu, com show e todo tipo de culturalismo distracionista. Nós, não! Fizemos campanha por um 1º de Maio classista, internacionalista, e que erguesse as reivindicações dos explorados de forma unificada. De forma unificada e com a capacidade de dar vazão e expressão política consciente para a revolta latente que existe entre os trabalhadores e a juventude.

Esse 1º de Maio deveria ter sido erguido de forma a combinar a luta pelo fim da guerra na Ucrânia com as reivindicações dos oprimidos – defesa do emprego, dos salários e dos direitos trabalhistas.

Nós, do POR, compomos o Comitê de Enlace pela Reconstrução da Quarta Internacional (Cerqui). Somos uma organização marxista-leninista-trotskista. E estamos com uma campanha internacionalista pelo fim da guerra na Ucrânia; pelo desmonte da OTAN e das bases militares norte-americanas; pela revogação das sanções econômico-financeiras contra a Rússia; e em de-



fesa da autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

Aqui no Brasil, companheiros e companheiras, temos de combater a luta pelo fim da guerra com a defesa de um Dia Nacional de Luta, que seja um passo para a construção de uma poderosa greve geral em nosso país.

Nós, companheiros, estamos em defesa da luta classista e internacionalista, enquanto as direções estão desviando os trabalhadores para o campo do eleitoralismo, com a estratégia nefasta, falida, de substituir um governo burguês por outro. O Partido Operário Revolucionário denuncia esse desvio, que vem

sendo operado pelas direções, e comparece aqui na Praça da Sé defendendo que as reivindicações de emprego, salário e direitos sejam o caminho para unificar os explorados nas ruas. A via das urnas é a via da derrota. Ou a gente toma as ruas com a luta, com a greve, com a ação direta, ou os oprimidos serão conduzidos novamente ao beco sem saída das eleições.

***Viva o 1º de Maio classista
e internacionalista!***

Viva o 1º de Maio socialista e operário!

Pernambuco -Recife

1º DE MAIO FESTIVO E ELEITOREIRO

Os trabalhadores estão carregando todo o peso das consequências da crise econômica e pandêmica, agravado pela guerra na Ucrânia. O prolongamento da guerra amplia a barbárie social. Mas as Centrais sindicais, em Pernambuco, estão em clima de festa, com direito a orquestra de frevo e passistas. O que há para festejar? A alta no custo de vida? O desemprego nas alturas? A destruição de direitos trabalhistas e previdenciários? As privatizações das estatais e direitos? A violência dos latifundiários no campo? Diante de todos esses problemas, era para o 1º de Maio ser uma demonstração de força e unidade da classe operária e demais oprimidos. Isso só seria possível se fosse precedido de uma campanha nos locais de trabalho e moradia, se fossem convocadas assembleias democráticas. Por essa via, as reivindicações das massas ficariam em primeiro plano, contra o fechamento das fábricas, por empregos, elevação dos salários, pela recuperação dos direitos trabalhistas perdidos. Mas as centrais e sindicatos deixaram a classe operária à margem do 1º de Maio. Está na origem do 1º de maio a defesa da redução da jornada de trabalho, a defesa da força de trabalho contra a exploração capitalista. Mas as Centrais e sindicatos transformaram a data em um palanque eleitoral.

O 1º de Maio nasceu internacionalista, erguendo como bandeira a unidade internacional da classe operária. A conjuntura exige um posicionamento internacionalista pelo fim da guerra na Ucrânia. Mas as centrais e sindicatos deformam a realidade, isolando, como único problema das massas, a presença de Bolsonaro no governo. Apontam, como



única tarefa, votar em Lula em outubro. Qualquer aliança com a burguesia e as oligarquias é aceita em nome da eleição de Lula. A FETAPE (Federação de Trabalhadores Agrícolas de Pernambuco) tem feito encontros massivos com lideranças do campo, já manifestando apoio ao candidato a governador do PSB, Danilo Cabral, com a presença do atual governador Paulo Câmara, o mesmo que acoberta a violência policial e privada no campo. A Frente Brasil Popular tem criado "comitês populares", o dirigente estadual da CUT que "animava" o ato, num ato falho, em vez de comitê de luta, anunciou a criação de comitês de "Lula". Nada mais verdadeiro.

O POR atuou no ato com sua banca, faixa e distribuição de manifestos, rechaçando a farsa do 1º de Maio festivo e eleitoral. Na véspera, participou de um ato na Estação central de Metrô, convocado pela CSP-Conlutas. Inicialmente, essa



central havia convocado o ato do domingo junto com as demais, mas, de véspera, resolveu separar-se, e improvisou o ato no metrô, com uma pequena caixa de som e panfletagens. Não houve nenhum chamado à classe operária e demais explorados. Para o PSTU, estavam fazendo a celebração do 1º de Maio "antecipado". O POR não considerou que se tratava de um 1º de Maio, mas sim uma agitação de véspera. Foi um ato de vanguarda, que além do PSTU e POR, agregou também o MRT. Essas três correntes se revezaram no microfone. Pudemos expressar nossa linha política, o que gerou desconforto no PSTU, que colocou limite de tempo apenas em nossa fala, mesmo sem ninguém inscrito. Nossa linha se choca com a dos centristas na análise sobre a guerra da Ucrânia, no balanço da ação das centrais, que se subordinaram à política burguesa do isolamento social, e no rechaço ao eleitoralismo.

Pronunciamento do POR

Trabalhadores e trabalhadoras que estão aqui na estação de metrô, faço uma saudação em nome do Partido Operário Revolucionário, neste dia 30/04, véspera do 1º de Maio. Esse 1º de Maio acontece num momento que a gente está vivendo uma ofensiva do imperialismo, que a gente está vivendo numa guerra na Ucrânia, que é consequência da ofensiva imperialista no cerco à Rússia. Mas não podemos ocultar que a Rússia está respondendo a essa ofensiva com os métodos que não são proletários, da defesa autodeterminação. Pelo contrário, ela tem usado a Ucrânia como escudo diante dessa ofensiva do imperialismo. É necessário que a gente tenha uma resposta classista e internacionalista à guerra da Ucrânia. Uma resposta que coloque como responsabilidade fundamental pela guerra a ofensiva do imperialismo. Por isso, as nossas bandeiras são pelo desmantelamento da OTAN e pelo fim das bases militares da OTAN na Europa. Mas, também, exigir a retirada das tropas russas do território ucraniano, e garantir o direito da Ucrânia à autodeterminação nacional, e também a sua integridade territorial. Precisamos também denunciar as sanções econômicas.

O nosso chamado é: nenhuma ilusão nas eleições! Em defesa de um 1º de Maio classista e de luta. Retomar a luta com nossos próprios métodos: as greves e os bloqueios.

Essas sanções do imperialismo contra a Rússia têm recaído sobre os ombros da maioria oprimida e explorada, têm levado à alta do custo de vida. E, quanto mais se prolonga a guerra, mais avança a barbárie social. Por isso, o nosso chamado é: Pelo fim da guerra na Ucrânia. Chamamos a classe operária internacional, a classe operária brasileira, a resistir com seus métodos e seu programa a essa ofensiva do imperialismo.

Este 1º de Maio é o primeiro que, depois [do início] da Pandemia, as centrais estão de fato chamando de presencial. Nos últimos dois anos, as centrais sindicais se refugiaram no mundo virtual, enquanto os trabalhadores arcavam com a Pandemia, com as mortes, com os desempregos. Os sindicatos se refugiaram nos métodos virtuais, nas assembleias virtuais, e aplicaram as medidas de retirada de direitos. Negociaram as demissões, os fechamentos de fábricas, aplicaram a MP 936. Por isso, os trabalhadores nesse momento estão vivendo todas as sequelas da Pandemia, agravadas pela crise econômica e pela guerra. A alta

do custo de vida está insuportável. O desemprego continua nas alturas. O trabalho está cada vez mais precário. Por isso, nós, do Partido Operário Revolucionário, chamamos a atenção para que, nesse momento, a maior parte das centrais e dos movimentos estão falando para o trabalhador esperar outubro; que, se voltar bem, os seus problemas vão ser resolvidos. Amanhã, o 1º de Maio, que vai acontecer ali no parque 13 de maio, vai ser um grande comício. E isso é uma desvirtuação do sentido histórico do primeiro de maio. O 1º de maio é uma data criada pela classe operária para lutar pelas suas condições de trabalho, para lutar pela redução da jornada, pelo aumento dos salários. Não podemos aceitar que o 1º de Maio vire uma festa eleitoral. É preciso reafirmar a necessidade do 1º de Maio classista e de luta. E a defesa do classismo significa a defesa das reivindicações mais sentidas pelos trabalhadores. É preciso organizar a luta pelos empregos, pelos salários e pelos direitos. Vocês podem notar, nesse momento, que as direções dos movimentos camponês e sindical estão criando comitês populares. Seria muito bom se fossem comitês para lutar pelos empregos, pelos direitos, pelos salários, contra a violência dos latifundiários, por terra aos camponeses e indígenas. Mas, não é isso que está acontecendo. Esses comitês são meramente eleitorais. Por isso, segue vigente a necessidade de criar comitês de luta. Comitês de luta nos locais de estudo, moradia e trabalho. Retomar as assembleias nos bairros, nas garagens, nas fábricas, nas escolas, para a gente erguer uma luta em defesa dos empregos, dos salários e dos direitos. E nós exigimos, das centrais sindicais, dos sindicatos, que convoquem um verdadeiro Dia Nacional de Lutas, que se baseie no método da ação direta. Um Dia Nacional de Lutas, com bloqueio nas ruas, avenidas e rodovias. Com paralisações nos locais de trabalho. Só assim, a gente vai arrancar do Estado, dos governos, do patronato as nossas reivindicações.

O nosso chamado é: nenhuma ilusão nas eleições! Em defesa de um 1º de Maio classista e de luta. Retomar a luta com nossos próprios métodos: as greves e os bloqueios. Por um verdadeiro Dia Nacional de Luta! Esse é o chamado do Partido Operário Revolucionário, ligando as bandeiras necessárias nessa conjuntura, no Brasil, com o combate à guerra na Ucrânia, contra a ofensiva imperialista. Fora a OTAN. Pelo desmantelamento das bases militares. Abaixo as medidas de sanção econômica. E, também, fora as tropas russas da Ucrânia. Em defesa da autodeterminação e unidade territorial. Não à guerra! Em defesa de um 1º de Maio classista e de luta!

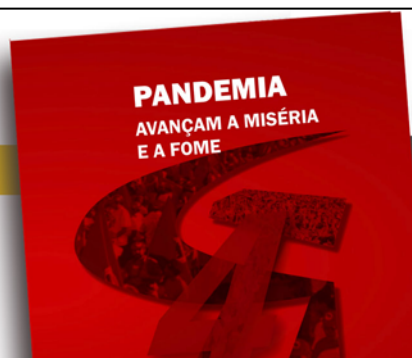
Publicado o livro:

PANDEMIA

AVANÇAM A MISÉRIA E A FOME

“

A classe operária, desorganizada e estilhaçada mundial e nacionalmente pela crise de direção, se sujeita à política pandêmica, que aterroriza as massas, com a campanha orquestrada internacionalmente pelo imperialismo, e executada nacionalmente pelos Estados. Sem o seu partido e sem uma vanguarda internacional com elevada consciência de classe, e capaz de desenvolver o programa da revolução proletária, os explorados ficam à mercê das respostas burguesas à crise econômica e pandêmica.



R\$40

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Rio Grande do Norte/Natal

Ausência da classe operária

O ato de 1º de Maio contou com cerca de 300 pessoas. Os manifestantes se concentraram na Praça das Flores, seguiram pelo bairro Petrópolis, em direção à Praia do Meio. O ato foi marcado pelo caráter festivo e eleitoral.

A composição do ato se deu principalmente pela vanguarda, e também pelo movimento por moradia. Estavam presentes a CUT, CSP-Conlutas, CTB, Intersindical, MLB, MLMP, MST, PT, PSOL, PSTU, PCB e POR, além de sindicatos como o SINDSAÚDE, Bancários e SINTE.

No final do ato, houve a apresentação de uma banda, e também a presença da governadora Fátima, que foi inexpressiva.

O POR interveio com Manifesto e fala no carro de som. Segue a intervenção.

Pronunciamento do POR

Bom dia, companheiros! O Partido Operário Revolucionário intervém nesse 1º de Maio presencial, que está marcado pela guerra na Ucrânia e por dois anos de Pandemia. Além dessa guerra bárbara e de milhões de mortos pela Pandemia, enfrentamos a elevação do custo de vida, o desemprego, a fome e a

miséria. O que coloca, para as direções sindicais e políticas, a tarefa de organizar a luta por empregos e salários; e a unificação dos explorados, que lutam também por moradia, terra, saúde. Portanto, a necessidade de um plano próprio de luta dos explorados a ser defendido com seus próprios métodos, o método da ação direta. Não serão com as eleições, a troca de um governo burguês por outro, que resolveremos os graves problemas da maioria oprimida.

Nesse sentido, companheiros, o POR defende por um 1º de Maio classista e internacionalista. Levanta as bandeiras pelo fim da guerra na Ucrânia, desmantelamento da Otan, fim das sanções econômicas à Rússia e autodeterminação, unidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia. Defende que as centrais, sindicatos e movimentos convoquem um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, em defesa dos empregos, salários e direitos, como ponto de partida para a construção da greve geral.

Encerro minha fala com a bandeira: Fim do capitalismo e pela edificação do socialismo. Companheiros, à luta e à unidade da classe operária e dos demais oprimidos.

Rio de Janeiro

Abandono das Centrais às lutas operárias

Na cidade do Rio de Janeiro, as centrais sindicais se unificaram, no 1º de Maio, em torno à campanha pela candidatura de Lula, para presidência, e Marcelo Freixo, para o governo do estado. Características particulares com o local (Aterro/Praia), formato, composição social etc., deram o caráter festivo e profundamente distracionista da manifestação. Em uma palavra, não serviu, nem se propôs, a organizar os trabalhadores por suas reivindicações e necessidades próprias, enfim, por um programa próprio com independência de classe do proletariado, muito menos serviu como ponto de apoio às diversas greves, que se encontram em curso no estado e no país. Eis por que o POR caracteriza como mais uma traição das direções políticas, diante da situação de barbárie vivida pelas massas.

As manifestações do dia do trabalhador não aconteciam desde 2019; depois disso, foram dois anos de refúgio na virtualidade, por parte das direções políticas e sindicais. Receitaram que a saída para os explorados era ficar em casa e aguardar os planos dos governos, no máximo, realizando ações virtuais como



os inúteis “twitaços”, “panelaços” etc. Foi um período marcado pela conciliação de classes. Em 2021, a quebra parcial da passividade se deu a partir de 29 de maio, com as manifestações pelo “Fora Bolsonaro / Impeachment”, uma estratégia burguesa para a crise de governabilidade. Essas mesmas direções políticas, encabeçadas pelo PT, PCdoB e PSOL, mudaram a forma, mas mantiveram o conteúdo da conciliação. O fracasso desse movimento deu espaço à corrida eleitoral antecipada.

O ano de 2022 se iniciou com uma



onda de greves pelo país, mas isso não foi suficiente, para que a política de colaboração de classes fosse quebrada. As massas já estavam sendo arregimentadas pelas eleições, e as greves permaneceriam isoladas. É neste contexto que chegamos ao 1º de Maio, com diversas greves pelo país, em especial a da CSN, em Volta Redonda-RJ, que foram completamente ignoradas nesta manifestação.

Em um ato profundamente marcado pelo eleitoralismo e falsificação de que os problemas serão resolvidos com a eleição do caudilho petista, foram cria-

das as condições para que organizações centristas se expressassem, a exemplo do UP, PCB e PSTU. O problema é que não podem se diferenciar na essência, apenas na aparência. Isso porque estiveram submetidas à virtualidade na Pandemia, ao movimento de troca de um governo burguês por outro (impeachment) e, agora, ao eleitoralismo com ares de radical. Não lutaram no período de crise por um programa próprio dos explorados, com independência de classe.

Do lado do setor reformista, muitas

intervenções expressaram que não bastaria colocar Lula no Planalto e Freixo no Palácio da Guanabara, “se não for eleita uma ampla bancada progressista” nas Câmaras. Indicando aí a justificativa que darão para o fracasso certo deste futuro governo, dada a profunda crise econômica e política, nacional e internacional. Freixo, mesmo defendendo a polícia em sua intervenção, foi o mais aplaudido, o que mostra que a composição social do ato não era de favelados, moradores dos bairros periféricos, nem da baixada.

O POR atuou por meio da distribuição dos Manifestos do 1º de Maio nacional e internacional (CERQUI), além da montagem de banca de materiais.

Está colocada a tarefa, para a vanguarda com consciência de classe no RJ, de combater o eleitoralismo e a conciliação de classes das correntes reformistas, e a adaptação do centrismo ao eleitoralismo oportunista. E trabalhar pela organização independente dos explorados, sob um programa e métodos próprios de luta.

Ceará - Fortaleza

1º de maio esvaziado, festivo e eleitoral

O ato de 1º de Maio foi convocado pelas centrais CUT, CTB, Intersindical, Frente Brasil Popular e Povo Sem Medo, sob as bandeiras “empregos, direitos, democracia e vida”. O ato foi o primeiro a ser realizado presencialmente, desde o início da Pandemia em 2020, após 2 anos de boicote criminoso ao Dia Internacional dos Trabalhadores, substituído por atos virtuais de colaboração de classes. A concentração ocorreu pela manhã, na Areninha do Pirambu, e percorreu as ruas do bairro.

O ato foi marcado pelo tom festivo e pelo esvaziamento (contou com pouco mais de 1.000 pessoas), embora tenha tido representação de diversas categorias: servidores federais, professores, docentes das universidades, trabalhadores da Saúde, Correios, movimentos populares, estudantes, etc. Tal como no ato de 9 de abril, ‘Bolsonaro nunca mais’, não contou com a presença organizada da classe operária, exceção feita aos poucos burocratas sindicais, diretores dos sindicatos da construção civil, motoristas, etc.

As direções do movimento impuseram ao ato um forte conteúdo eleitoral e colaboracionista. A maioria das falas se resumiu a responsabilizar o governo ultradireitista de Bolsonaro pela profunda crise social e econômica do país, e apresentar como saída o voto na chapa Lula/Alckmin, nas eleições de outubro. Apesar da convocatória do ato se referir à defesa dos empregos, direitos, etc., o 1º de Maio não deu qualquer passo no objetivo de organizar os explorados para a luta por suas condições de vida. O ato serviu à burocracia sindical, como um instrumento para bloquear o instinto de revolta das massas, e canalizá-lo para a via eleitoral.

O POR interveio no ato com uma coluna de militantes e simpa-



tizantes; com seus materiais de banca, com suas bandeiras e palavras de ordem. Interveio nos carros de som que estiveram abertos à inscrição pública, defendendo a importância de um 1º de Maio internacionalista, proletário e socialista, que se colocasse pela independência de classe e pelos métodos próprios dos explorados na luta por suas reivindicações. Reforçou a campanha do Cerqui pelo fim da guerra na Ucrânia (fim da OTAN, desmantelamento de suas bases militares, fim das sanções, autodeterminação, integralidade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia), e defendeu que os explorados precisam rejeitar o circo eleitoral e confiar em suas próprias forças. Defendeu ainda que os explorados devem exigir das centrais, a convocação imediata de um Dia Nacional de Luta, com paralisações e bloqueios, para enfrentar as demissões, o arrocho salarial e destruição dos direitos trabalhistas, que sirva de preparação à greve geral.

Publicado o livro:

LEON TROTSKY

A CONTINUIDADE DO MARXISMO-LENINISMO

“

Este livro objetiva expor essa dialética do combate de Trotsky ao estalinismo. Não há como continuar o marxismo-leninismo sem assimilar esse processo, que se desencadeou já em 1923, quando Lênin ainda vivia e sentia o peso da enfermidade, que o levaria à morte em 1924, e concluiu com o assassinato de Trotsky em 20 de agosto de 1940. Este livro, portanto, é uma homenagem militante, prática, proletária e marxista aos 80 anos de seu assassinato”

LEON TROTSKY
A CONTINUIDADE
DO MARXISMO-LENINISMO

R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR**

Lula candidato

Se eleito, governará para a burguesia

No dia 7, a Convenção do PT oficializou a candidatura do caudilho operário aburguesado. Participaram do teatro, PSB, PCdoB, PSOL, Solidariedade, Rede e PV. Não houve novidade. Mas, é bom assinalar o ponto principal. Lula mostrou que a sua candidatura necessita de uma frente ampla. Não bastam os sabujos da esquerda pequeno-burguesa reformista. A confirmação do ex-governador Geraldo Alckmin, ex-PSDB, e tráfuga que ingressou no PSB, demonstrou que o PT está com as portas abertas para aliança com partidos burgueses de centro-direita.

Ocorre que o PSDB, MDB, União Brasil e PDT ainda perseguem a ideia de uma candidatura alternativa de centro-direita. Nenhum desses partidos conta com um nome capaz de fazer frente à polarização entre Lula e Bolsonaro. O mais bem posicionado nas pesquisas é Ciro Gomes, do PDT. Mas, por seu nacionalismo, ainda que palatável, não encontra guarida no seio dos setores da burguesia mais influentes no Estado e na governabilidade. A carta mais almejada era a da candidatura do ex-juiz, ex-chefe da Operação Lava Jato e ex-ministro da Justiça de Bolsonaro. Mas, o homem caiu em desgraça perante o Supremo Tribunal Federal. O algoz de Lula poderia se tornar réu, caso as investigações de suas estripulias judiciais e de seus interesses pessoais fossem levadas a sério. João Doria continua preso ao chão. Simone Tebet não conseguiu fazer de seus dotes de mulher candidata um motivo de arregimentação de votos. E Luciano Bivar, do União Brasil, é um desconhecido dos eleitores. A tentativa de criar um

boneco eleitoral, com a candidatura do governador do Rio Grande do Sul, do PSDB, que chegou a renunciar ao seu posto, despencou na ribanceira.

Tudo indica que a disputa entre Lula e Bolsonaro continuará dominando a situação político-eleitoral. Discute-se o voto útil no candidato petista. Aventa-se entre as esquerdas, que ficaram de fora do espectro lulista, o voto útil. O sentido dessas duas variantes do voto oposicionista em Lula é de que se trata de defender a democracia. O próprio candidato petista exortou a constituição de uma frente ampla, com esse mesmo conteúdo. É bom lembrar que esse mes-

apoio de setores da burguesia que mais pesam na balança dos conflitos em torno ao poder do Estado.

A política proletária não se guia pelas disputas interburguesas, mas sim pela luta de classes. Nesse sentido, trata-se de demonstrar que essas eleições são profundamente antidemocráticas, de tal sorte que os explorados não têm como utilizá-las em absolutamente nada a seu favor. Ao contrário, a polarização entre a ultradireita no poder e a centro-esquerda que pugna por voltar à presidência tem requeitado o campo da colaboração de classes, representado pelo lulismo.

(...) trata-se de demonstrar que essas eleições são profundamente antidemocráticas, de tal sorte que os explorados não têm como utilizá-las em absolutamente nada a seu favor.

mo argumento foi utilizado na disputa de Bolsonaro e Haddad, em outubro de 2018. Bolsonaro venceu, e o PT e seus rabichos de esquerda se mostraram incapazes de lutar sequer contra a reforma a Previdência.

A diferença desta eleição está em que prevalece a política de conciliação de classes, com Lula reabilitado à frente, e Bolsonaro rejeitado pela maioria, atrás. É certo que os militares bolsonaristas não querem Lula. Estão embrulhando, com a espada de uma apuração eletrônica vigiada. Não bastou a derrota de Bolsonaro no Congresso Nacional, que rejeitou a volta do voto impresso. Os generais que comandam o governo insistem em afrontar o Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O que tem recolocado a crise no patamar de 7 de setembro do ano passado. Mas, falta aos golpistas o

A crise econômica mantém sua marcha ascendente. Os explorados, agora, não sofrem apenas com o desemprego e subemprego elevados, como também com a disparada da inflação e do custo de vida. Em meio às pressões eleitorais, a tarefa da vanguarda é dedicar-se à defesa do programa próprio da classe operária e dos demais oprimidos. A lutar nas bases e junto aos sindicatos, para que convoquem as assembleias, aprovem um plano de reivindicações, constituam os comitês de empregados e desempregados, unifiquem as lutas em curso (CSN, Caca-Cherry, Metroviários de Pernambuco, etc.), e desenvolvam uma campanha nacional contra o fechamento de fábricas, por suas estatizações sem indenizações, pelos empregos e salários, e pela revogação das contrarreformas de Temer e Bolsonaro.



CAOA-Chery anuncia o seu fechamento

Organizemos um movimento em defesa dos empregos e salários

Nesse último mês, mais duas fábricas automobilísticas decidiram fechar as portas. A Toyota, em São Bernardo do Campo e a CAO-Chery, em Jacaré. Anteriormente, a Ford encerrou suas atividades no Brasil, fechando suas quatro fábricas. A Mercedes-Benz parou de produzir carros de passeio, limitando sua produção a veículos pesados. As multinacionais respondem à crise de superprodução mundial, deslocando suas plantas para outros países, onde possam obter mais vantagens, concentrando a produção, ou ajustando suas fábricas à nova linha de carros elétricos.

As montadoras receberam enormes benefícios fiscais para se instalarem no Brasil. No entanto, no momento em que não conseguem obter a alta lucratividade, resolvem parar a produção ou transferi-la para outros locais que continuam a favorecê-las. Os governos simplesmente acatam a vontade do grande capital.

(...) as direções que controlam os sindicatos metalúrgicos não fazem uma verdadeira luta pelos empregos. Chegam a discursar em favor da estatização, mas, pelas costas, negociam as demissões.

Antes de decidirem pelo fechamento ou transferência, as montadoras aproveitam a crise para aumentar a taxa de exploração da força de trabalho. Contam, para isso, com a complacência e a colaboração da burocracia sindical. Há muito, impuseram a flexibilização capitalista do trabalho, materializada em medidas como Layoff, Banco de Horas, PDV, etc.

Com a crise de 2008, os governos protegeram as multinacionais, com os subsídios estatais, e fecharam os olhos às demissões. E foram mais longe, atendendo os seus pleitos contra a CLT. O que resultou na reforma trabalhista de Temer, em 2017. Com a Pandemia, puderam usar e abusar da MP 936, que permitia a redução salarial e suspensão de contratos dos trabalhadores. Sempre contaram com a Justiça do Trabalho, em torno aos valores das indenizações aos demitidos. Ainda mais, a liberdade de exploração esteve garantida pela lei antigreve, que estabelece multas altíssimas aos sindicatos, pune os grevistas com a demissão. Mesmo com todas essas regalias, diante da crise econômica, o que mais pesa é a preservação dos lucros, o que as obrigam a fechar plantas, e modificar suas formas de produção.

Massacres no campo disparam em 2021

No dia 18 de abril, a Comissão Pastoral da Terra divulgou o relatório anual sobre os conflitos no campo. Os dados parciais já haviam sido divulgados em dezembro, demonstrando o aumento exponencial de conflitos e assassinatos no campo. Conforme o relatório, houve o aumento de 75% nos assassinatos, mais de 1.000% nas mortes em consequência de conflitos, dois massacres e aumento de trabalho escravo no campo, dados que demonstram como o peso da crise econômica e pandêmica é descarregado, de forma particular, sobre as massas camponesas, indígenas, quilombolas, ribeirinhos, dentre outros, no quadro da nossa formação so-

A montadora chinesa Chery se estabeleceu em Jacaré, em 2014, com isenções fiscais, e, em 2017, a CAO-Chery comprou metade das operações no Brasil. Desde final de março de 2022, os operários estavam afastados (licença remunerada). No dia 5 de maio, a multinacional comunicou o fechamento da planta e a demissão de cerca de 480 trabalhadores. Alegou que fará uma reformulação na fábrica, com duração de três anos, para a produção de carros elétricos.

A direção do Sindicato Metalúrgico de São José dos Campos, ligada à CSP-Conlutas, convocou uma assembleia para discutir as propostas que serão negociadas com a montadora. Apesar do discurso contra o fechamento e em defesa da “estatização sob o controle dos trabalhadores”, a direção do sindicato propõe o layoff, suspensão por 5 meses dos contratos, enquanto durarem as negociações com a montadora. A Chery anunciou, em seguida, que estava propensa a aceitar o layoff. Como se vê, a direção do sindicato repetirá na Chery o mesmo que ocorreu na Avibras. Enquanto isso, negociam os valores das indenizações dos demitidos. Essa política é a mesma dos sindicatos da CUT e da Força Sindical.

O POR interveio na luta da Ford, LG e, agora, na CAO-Chery, defendendo a ocupação das fábricas e a exigência de estatização, sob o controle do operário. Levantou a bandeira de “Fábrica fechada, fábrica ocupada”. Defendeu que as centrais e sindicatos organizassem manifestações conjuntas, em defesa dos empregos. No entanto, as direções que controlam os sindicatos metalúrgicos não fazem uma verdadeira luta pelos empregos. Chegam a discursar em favor da estatização, mas, pelas costas, negociam as demissões.

Nesse momento, a CAO-Chery e Toyota estão fechando suas plantas. O mesmo ocorre com a empresa brasileira aeroespacial Avibras e outras tantas autopeças. Qual deve ser a tarefa de uma direção classista? Organizar a luta coletiva pelos empregos, o que implica recorrer aos métodos da ação direta, entre eles a ocupação. Trata-se de realizar uma verdadeira campanha nacional, pela estatização das fábricas fechadas, sem indenização.

Somente a classe operária organizada, e baseada em um programa próprio, pode enfrentar a desintegração do capitalismo, cujas manifestações são fechamento de fábricas, demissão em massa, destruição das condições de trabalho e redução dos salários. A luta da vanguarda com consciência de classe para expressar essa posição classista se volta, não só contra a burguesia e os governantes, mas também contra os seus lacaios que controlam os sindicatos e as centrais.

cial semicolonial.

O ano de 2021 foi marcado pela continuidade da Pandemia no Brasil, em que, no início do mesmo ano, atingiu o seu ápice. O desemprego e a destruição das condições de vida para as massas brasileiras também pioraram dramaticamente. Como já analisado ano a ano, desde o início do governo Bolsonaro, os conflitos no campo encontraram um novo contexto de escalada, com o desmonte de diversas instituições governamentais, e atendimento direto dos interesses dos ruralistas, o que inclui o incentivo e acobertamento de seus crimes.

Em 2021, foram identificados 1.242 conflitos agrários no Brasil, envolvendo 897.335 pessoas. Desde 2014, o número de pessoas envolvidas em conflitos agrários fica em torno de oitocentas mil e novecentas mil pessoas. Foram cometidos 36 assassinatos em conflitos, sendo 33 homens e duas mulheres, o que representou um aumento de 75% dos assassinatos. A região amazônica concentrou 80% dos casos.

Foram registrados 304 conflitos por água, número menor do que em 2020, quando ocorreram 350 conflitos. Os conflitos pela água, no Brasil, em geral estão ligados à mineração e garimpagem, atividades econômicas incentivadas pelo governo, que, em 2022, têm expressado a opressão e exploração dos territórios indígenas.

O número de ocorrências envolvendo trabalho escravo também bateu recorde no ano de 2021, segundo o relatório. No total, foram 2.035 ocorrências; a região que mais apresentou esse conflito foi o Sudeste, com 59 ocorrências e 919 trabalhadores resgatados. O Centro Oeste é a segunda região com maior número de ocorrências, sendo 37 com 415 trabalhadores resgatados. No total, em todo o Brasil, cerca de 1.726 trabalhadores foram resgatados.

Neste ano, o relatório da CPT chama especial atenção para a situação dos indígenas brasileiros. As consequências do garimpo ilegal apareceram em uma situação alarmante. Foram registradas 109 mortes envolvendo este conflito, sendo 101 apenas no estado de Roraima, todas elas de indígenas da etnia Yanomami, todas

causadas pela ação dos garimpeiros. O garimpo ilegal, comandado pela burguesia e narcotraficantes burgueses, perpetra um genocídio que, em 2022, se aprofundou ainda mais. Sendo o estupro e morte de uma menina de 12 anos, o desaparecimento de uma criança de três anos, e o desaparecimento de toda uma comunidade Yanomami, neste mês de maio, um dos fatos mais brutais dessa opressão.

Tais dados estão associados à ofensiva burguesa no quadro de desintegração do capitalismo, com contrarreformas trabalhistas, desregulamentação de proteções ambientais, e voracidade do agronegócio e mineradoras. Evidencia-se também a crise das direções para uma política no campo de enfrentamento ao massacre imposto pela burguesia, o enfrentamento a tal opressão não deve estar associado a uma política eleitoral, que não reconhece a raiz de tais crimes, tal direção apenas desvia da real necessidade de combate direto ao latifúndio, ao garimpo e à mineração no Brasil.

A resposta contra a opressão no campo está associada à resposta dos explorados contra a crise da sociedade e economia burguesa, que desfecha nos explorados os seus golpes brutais. Os oprimidos do campo devem desenvolver sua autodefesa, e erguer os tribunais populares para punir os crimes da burguesia e seu Estado. A aliança operário-camponesa e a luta pela real autodeterminação das nações indígenas marcarão o rumo certo desta política, que coloca em primeiro plano a necessidade do governo operário-camponês contra todas as opressões da burguesia.

■ XIII Congresso da Federação Nacional dos Petroleiros

O Congresso ocorreu em Santos, entre os dias 28 de abril a 1º de maio. Foi marcado por uma maior burocratização, em relação às outras atividades da FNP. Por exemplo, após as mesas com os expositores, havia um número limitado de inscrições, para que os delegados pudessem intervir, com tempos curtos. Além do que as posições para serem apreciadas na plenária final deveriam passar pelo filtro nos grupos (mínimo 30% dos votos).

Os temas discutidos foram fundamentalmente a campanha do acordo coletivo deste ano; a guerra na Ucrânia; e, principalmente, as eleições presidenciais deste ano.

Sobre o acordo coletivo, houve consenso que a dificuldade será travar a luta pela manutenção dos direitos do Acordo Coletivo, já que a FUP (filiada à CUT) tenderá a jogar todas as forças para eleições burguesas.

Sobre a questão da Ucrânia, foi aprovada a posição encaminhada pelo coletivo Petroleiros Socialistas (dirigidos pelo PSTU), onde não consta a bandeira do PSTU de “pela derrota da invasão militar russa”, consta a caracterização da invasão da Ucrânia como uma “agressão injusta a um país soberano”, e que está entre os interesses da Rússia burguesa, movida por “interesses burgueses e de expansão dos negócios de seus oligarcas bilionários” e de outro a ofensiva da OTAN/EUA/Europa. Conclui com a bandeira de fim da guerra e retirada das tropas russas para defender a soberania da Ucrânia.

O principal tema discutido foi o das eleições presidenciais de outubro 2022, mais precisamente se a FNP deveria apoiar a candidatura de Lula/PT. A Resistência (corrente interna do PSOL), que dirige o Sindipetro de São José dos Campos e Região, foi a principal corrente que defendeu o apoio já no pri-

meiro turno. Ao final, a posição de manter a independência sindical nas eleições venceu por 61 a 51.

O POR interveio no Congresso com o Manifesto do 1º de Maio, de título “Lutemos por um programa operário e pela independência de classe! Lutemos com os métodos próprios da classe operária” e com a Declaração do Cerqui sobre os dois meses da guerra na Ucrânia em que defende fim imediato da guerra, desmonte da OTAN e das bases militares norte-americanas; revogação das sanções econômico-financeiras contra a Rússia, autodeterminação, integridade territorial e retirada das tropas russas da Ucrânia.

Curso de formação política do POR

No dia 8 de maio, o POR realizou seu curso de formação política, dando sequência à discussão sobre a guerra na Ucrânia. Em 13 de março, ocorreu o ato político, centrado na discussão de dois documentos, divulgados pelo Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui), a Declaração de 28 de fevereiro, *“Agrava-se a crise mundial. A classe operária e os demais explorados estão diante da necessidade de reagir com seu programa, política e organização próprios”*; e o Manifesto, 11 de março, *“Pelo fim da guerra na Ucrânia! Somente a classe operária organizada e unida em torno ao programa da revolução mundial pode enfrentar o curso da*

Agora, em 8 de maio, o POR elaborou um folheto contendo dois artigos de Lênin: “O Socialismo e a guerra”, 1915, e o “Programa Militar da Revolução Proletária”, 1916. Inicialmente, Atilio de Castro fez uma breve exposição sobre a campanha internacionalista do Cerqui e a trajetória dos cursos de formação do POR, que perfaz mais de 30 anos. Mostrou que essa sequência de estudo, iniciada em março, combina a formação teórica com os problemas práticos oriundos da guerra na Ucrânia. Ressaltou os fundamentos do marxismo-leninismo-trotskismo sobre o problema das guerras. E, em particular, as formulações

as guerras só desaparecerão com o fim da sociedade de classes.

Atilio relacionou as caracterizações do marxismo com a presente guerra na Ucrânia. Mostrou que, após a bárbara 2ª Guerra Mundial, em que ocorreu uma destruição maciça de forças produtivas e uma nova partilha do mundo entre as potências vencedoras, imaginava-se que se teria um período pacífico. O contrário se passou. A “Guerra Fria”, desfechada pelos Estados Unidos, se voltou contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que acabou desmoronando, em 1991. E, mesmo com o fim da URSS, não se eliminaram as guerras, que já vinham ocorrendo em várias situações, no mundo, a exemplo da guerra Coreia e do Vietnã. A guerra na Ucrânia faz parte dessa investida do imperialismo contra as ex-repúblicas soviéticas e, principalmente, sobre a Rússia. Os Estados Unidos e aliados alimentam as guerras de dominação. A guerra contra a Rússia é parte da guerra comercial, agravada com a crise de 2008.

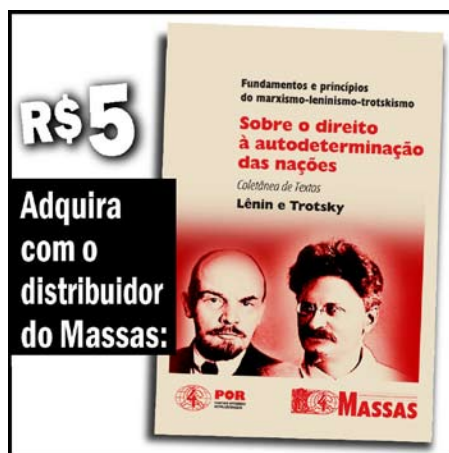
Assim, assimilar as formulações leninistas sobre a guerra, e aplicá-las de acordo com as particularidades de cada confronto, é necessário, para lutar no seio dos explorados pelo fim do capitalismo e edificação do socialismo. O pacifismo burguês e pequeno-burguês tem a função de ocultar a inevitabilidade das guerras na sociedade de classes, e proteger os interesses da burguesia imperialista.

Concluída a apresentação, os grupos passaram a discutir os dois textos do folheto. Em seguida, abriu-se a plenária. Os grupos expuseram suas principais conclusões. Conceitos como guerras de libertação e dominação; guerras progressivas e reacionárias; guerra imperialista e guerra civil; a guerra como continuidade da política por outros meios; o papel traidor da II Internacional, oportunismo e social chauvinismo; o pacifismo como política da burguesia e pequena burguesia; violência reacionária e violência revolucionária. Vários companheiros se inscreveram para fazer a síntese final. O curso foi encerrado com uma saudação de palmas.

(...) após a bárbara 2ª Guerra Mundial, em que ocorreu uma destruição maciça de forças produtivas e uma nova partilha do mundo entre as potências vencedoras, imaginava-se que se teria um período pacífico. O contrário se passou. A “Guerra Fria”, desfechada pelos Estados Unidos, se voltou contra a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), que acabou desmoronando, em 1991. E, mesmo com o fim da URSS, não se eliminaram as guerras, que já vinham ocorrendo em várias situações, no mundo, a exemplo da guerra Coreia e do Vietnã. A guerra na Ucrânia faz parte dessa investida do imperialismo contra as ex-repúblicas soviéticas ...

barbárie do capitalismo em decomposição”. No dia 10 de abril, o curso de formação política esteve voltado à discussão sobre os “Fundamentos e princípios do marxismo-leninismo-trotskismo – Sobre o direito à autodeterminação das nações”. Os grupos discutiram dois artigos do folheto elaborado para o curso: “Carta aos operários e camponeses da Ucrânia em função das vitórias sobre Denikin” (Lênin) e “A questão ucraniana” (Trotsky).

de Lênin sobre a guerra na época do capitalismo imperialista, referindo-se à 1ª Guerra Mundial; e à tática da revolução proletária. O antídoto da guerra imperialista e, portanto, a guerra civil do proletariado e dos demais explorados contra a burguesia e seu governo. Destacou o acerto da caracterização de que vivemos o momento de guerras, revoluções e contrarrevoluções. Enquanto existir o capitalismo, outras guerras virão. E que



Pernambuco

SOBRE A AUTODETERMINAÇÃO DAS NAÇÕES E GUERRA NA UCRÂNIA

No dia 1º de Maio, o POR realizou a formação política sobre o tema da autodeterminação nacional, com base no folheto lançado pelo POR, com coletânea de textos de Lênin e Trotsky. Este material é parte do esforço coletivo do partido em explicar as raízes históricas da defesa da autodeterminação da Ucrânia em todas as nações. Em um segundo momento, foi preparada a intervenção no ato do 1º de Maio, chamada pelas centrais.

A formação política teve como objetivo compreender as raízes históricas da atual Guerra na Ucrânia. Iniciou-se com uma exposição, que destacou a necessidade de diferenciar guerra de libertação de guerra de dominação. O POR não é pacifista, por isso, não é contra toda e qualquer guerra. Se a guerra na Ucrânia fosse parte de um processo revolucionário, de defesa da expropriação da burguesia, como ocorreu na Rússia em 1917, seria dever de todo revolucionário apoiar. Porém, o que está acontecendo da Ucrânia é uma guerra de dominação, onde a OTAN usa a Ucrânia como bucha de canhão para fechar o cerco à Rússia, ao mesmo tempo em que a Rússia usa a Ucrânia como escudo, e responde ao cerco imperialista com a opressão nacional sobre o povo ucraniano.

O maior responsável pelo início da guerra é o imperialismo norte-americano, que impulsiona a OTAN e trabalha pelo prolongamento da guerra, é crescente o envio de armamentos. A trajetória histórica da burocracia estalinista na URSS foi de destruição das conquistas revolucionárias do proletariado. A participação da Rússia na II Guerra Mundial fez com que o elo quebrado do capitalismo, como parte da transição mundial para o socialismo, fosse arrastado a se posicionar ao lado dos países imperialistas ditos democráticos, sob a justificativa de combate ao fascismo. Desta forma, a URSS estalinista destruiu a III Internacional, e participou da partilha do mundo no pós-guerra. O abandono do internacionalismo foi a via para o futuro desmoronamento da URSS. Com o governo Ieltsin, na década de 1990, a Rússia chegou a firmar acordos com a OTAN. Mas a ascensão de Putin modificou o curso restauracionista.

Para compreensão das raízes históricas da defesa da autodeterminação, foi lida e discutida a “Carta aos operários e camponeses da Ucrânia em função das vitórias sobre Denikin (Lênin, 1920)”. Nesta carta, após a Revolução Russa, Lênin defende a necessidade de fortalecer os soviets na Ucrânia, que enfrentou tentativa de contrarrevolução. Lênin defendia que apesar de os revolucionários não defenderem fronteiras nacionais, diante da opressão histórica exercida pela Rússia a outros povos, mais importante que derrubar imediatamente as fronteiras, era ganhar confiança das massas oprimidas em um processo de garantia do direito de se separarem e se federarem à URSS.

Diante da discussão, foram levantadas questões como: “Qual o objetivo de Putin e do Estado Russo?”; “o que é voltar ao império grão russo – seria voltar a antigos modos de produção?”; “Grã Rússia era império, como os atuais países imperia-

listas?” – Diante destas perguntas, foi resgatado o período da queda econômica da Rússia no processo de restauração, principalmente com Ieltsin. Putin vai expressar o nacionalismo e defesa da Rússia como uma potência regional, mantendo sua “área de influência”. Sobre “império grão russo”, foi explicado o sentido histórico de império, como nações que se expandiam territorialmente oprimindo outros povos, o que é distinto do imperialismo como fase do capitalismo, conforme analisado por Lênin.

A opressão nacional contra um povo leva a uma relação de desconfianças, difíceis de serem superadas. Os passos dados pela URSS foram significativos, ao ponto de criar um embrião de uma república mundial socialista. Porém, a opressão voltou a se manifestar junto à degeneração do Estado operário. Putin dá continuidade a essa opressão e, por essa via, alimenta o nacionalismo ucraniano, inclusive suas correntes de extrema direita. Por isso, a defesa da autodeterminação de todas as nações é parte do internacionalismo.

O segundo texto estudado foi “A questão ucraniana (Trotsky-1939)”. Diversos elementos mostram a dificuldade da consolidação da Ucrânia enquanto nação. Como processo de restauração capitalista na Polônia; em 1939, a Ucrânia é dividida entre a pressão do imperialismo (Ucrânia ocidental) e da burocracia estalinista. Hitler defendia a Grande Ucrânia, como forma de propagandar o nacionalismo burguês. Trotsky, em continuidade com o leninismo, defende a importância da autodeterminação da Ucrânia, sob unidade e independência de operários e camponeses ucranianos. Trotsky aponta que o nacionalismo russo alimentou o nazismo (enquanto variante do nacionalismo).

Um convidado apontou a decadência ideológica da burguesia, que tenta dar justificativas, por fora da luta de classes, à política de Putin, recorrendo a análises psicológicas. As correntes políticas só estão interessadas nas eleições de 2022, passando por cima da discussão sobre a guerra na Ucrânia. Sobre as justificativas anticientíficas, só deixam claro a importância de levar a discussão e defesa das bandeiras do Cerqui para os atos e movimentos em que atuamos, para combater a política e ideologia da burguesia e pequena-burguesia. Quanto às respostas táticas e estratégicas necessárias, discutimos que, enquanto embriões pela reconstrução da IV Internacional, é importante levar para o seio das massas e movimentos as bandeiras que expressam a independência da classe operária diante da política imperialista e da burocracia russa, principalmente diante de uma guerra. O cerco da OTAN contra a Rússia vai continuar. Não está descartado um conflito entre Rússia e Europa. E será sob a propaganda destas bandeiras que caminharemos pela construção do partido da classe operária mundial, sob a defesa da unidade política e organizativa dos operários ucranianos, russos, europeus e de todo mundo, contra a guerra de dominação, construir a guerra de libertação.

Nesta edição:

- **CERQUI - Homenagem revolucionária a Guillermo Lora:**
Guillermo Lora - Como nos integramos à Quarta Internacional / Ato comemorativo dos 70 anos da Revolução Boliviana de 1952 - O POR e a IV Internacional.
- **Colômbia:** Eleições presidenciais de 29 de maio - Abstencionismo e a luta de classes condicionam a campanha eleitoral.
- **Lênin:** O problema das nacionalidades ou da “autonomização” - *Continuação das notas - Que medidas práticas devem ser tomadas na atual situação?*

Artigos das Seções **Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional**



Homenagem revolucionária a Guillermo Lora

No dia 17 de maio de 2009, perdemos fisicamente a presença de nosso camarada Guillermo Lora, dirigente do Partido Operário Revolucionário da Bolívia. Lora vive em suas firmes convicções, de que o futuro da humanidade se encontra no comunismo. Vive em seu enorme empenho de transformar o proletariado boliviano em força social consciente, capaz de tomar o poder, constituir um

governo operário e camponês e implantar as bases da propriedade social. Vive em sua imensa obra, que perfaz grande parte de sua vida militante. O POR do Brasil deve muito aos ensinamentos de Guillermo Lora e às experiências do POR da Bolívia. O seu esforço em erguer o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional possibilitou às seções brasileira, argentina e chilena

compreenderem os fundamentos do internacionalismo proletário, e a tarefa de construir os partidos-programas.

*Memória eterna ao camarada
Guillermo Lora!*

Abaixo, publicamos um de seus escritos, de 21 de setembro de 2007.

Como nos integramos à Quarta Internacional

Já divulgamos as cartas enviadas à direção da Oposição de Esquerda Internacional e ao próprio Leon Trotsky, informando-lhes sobre o congresso de fundação do Partido Operário Revolucionário (junho de 1935).

Muito mais tarde e por acaso, chegamos a conhecer esse documento em dois arquivos de Trotsky. Pelo que sabemos, a reprodução desse documento, importante por si mesmo, não provocou surpresa, nem comentários. Será possível que esse país continue olhando com indiferença os fenômenos políticos e ideológicos de natureza internacional? A resposta positiva demonstraria que não temos assimilado devidamente o conteúdo do marxismo-leninismo-trotskismo, cuja essência mundial está fora de dúvida.

Não há a menor dúvida de que, no país, inclusive no partido que se reivindica trotskista, se percebe uma queda vertical no plano ideológico e cultural.

Qual é a causa? A derrocada do estalinismo, da URSS, que para muitos, ainda que não ignorassem suas deformações e isolamento do leninismo, continuam considerando-os “expressão do marxismo”, ainda que não puro. Para grandes setores, esse fim desastroso da potência russa equivalia a morte do socialismo científico. Esta consideração também alcança as diferentes correntes “marxistas”.

Produziu-se uma dispersão da militância trotskista. Os materiais marxistas impressos permanecem nas estantes e não são consultados. Está se perdendo o interesse pelos problemas ideológicos, inclusive dos textos do socialismo científico dos autores clássicos e contemporâneos.

A queda da ideologia em geral alcança também o marxismo. Não se aprofunda a investigação dos problemas teóricos, o qual é um aspecto geral da época, e isso avança, a cada dia que passa,

agravado pela mecanização do processo intelectual pela presença da internet.

Essa observação explica a vertical queda nas fileiras do trotskismo (POR) de todos os aspectos teóricos. Impõe-se privilegiar a formação séria dos militantes no campo teórico da doutrina.

Não se trata de algo inédito ou de um esforço extraordinário que nunca antes fosse realizado. Nada disso. Estamos procurando não somente utilizar o capital ideológico, programático acumulado, não só pela Quarta Internacional, em seu trabalho admirável de potenciar os princípios do marxismo-leninismo-trotskismo, mas sim de continuar com o fortalecimento ideológico e programático tradicional do POR, momentaneamente detido pela crise cultural aguda, que atinge tanto os bolivianos como o restante da humanidade.

Não ignoramos que o capitalismo em sua decomposição vem esforçando-se por abrir as portas da barbárie, para que, desde seu seio, a sociedade possa se conformar com o agravamento ainda maior da exploração e opressão pela ação dos inimigos do ser humano.

Para nos salvarmos da barbárie, não temos outro caminho, a não ser sepultar o capitalismo putrefato com a ajuda da revolução social, destinada a pôr fim à propriedade privada dos meios de produção, para substituí-la pela propriedade social.

A vitória do proletariado, dirigente das massas exploradas e oprimidas, instaurará a ditadura do proletariado, na Bolívia o governo operário e camponês, desintegrará o capitalismo, e começará a construir os cimentos da sociedade comunista.

A teoria marxista-leninista-trotskista e, na mesma medida, a experiência histórica, nos ensinam que a luta pela sociedade comunista não deve deixar de conservar seu caráter internacional,

e voltar-se a eliminar as fronteiras nacionais, isso por que a sociedade assentada na propriedade social não pode se afirmar e desenvolver-se positivamente a não ser sobrepondo as muralhas fronteiriças.

Não esquecer de que a verdadeira sociedade comunista será assentada na propriedade social dos meios de produção (para isso, desintegrará a propriedade privada), sem fronteiras nacionais, dirigida a erguer a sociedade comunista mundial, sem Estado armado de violência para defender a propriedade privada dos meios de produção, que será substituída pela propriedade social.

Os países comunistas nacionais, para não petrificar-se e degenerar-se dentro de suas fronteiras nacionais, devem lutar inexoravelmente para transformar-se em fenômeno mundial.

No plano teórico, em seus documentos propagandísticos, o POR proclama que é a seção boliviana da Quarta Internacional, o que exige reconhecer que esta organização mundial é a autoridade máxima para a seção boliviana.

Supõe-se, assim, que as seções do Partido Mundial trotskista estão subordinadas a seu programa e à sua autoridade. No entanto, no campo da realidade, as coisas não ocorrem assim.

A Oposição de Esquerda, organizada na URSS, em 1923, se transformou na Quarta Internacional, em setembro de 1938, que se inicia armada do “Programa de Transição”, redigido por Leon Trotsky, que tem em seu texto as leis do desenvolvimento do capitalismo mundial, e de sua transformação em sociedade comu-

nista. Esse programa é a norma, a qual as seções nacionais devem subordinar-se.

A Terceira Internacional da época de Lênin ensinava que as seções nacionais deviam elaborar seus respectivos programas. Todos sabiam que o programa da Internacional contém as leis do desenvolvimento e transformação do capitalismo em escala mundial. Apesar de todos os países serem integrantes do capitalismo mundial, devem atuar respeitando as particularidades nacionais, o que obriga os partidos nacionais a elaborarem seus programas, que devem orientar sua conduta cotidiana.

O POR nasceu com seu próprio programa, elaborado dentro da linha política da Oposição de Esquerda Internacional.

O surpreendente é que a direção da Quarta Internacional não pediu e não exigiu que as seções nacionais constituíssem e apresentassem seus programas, elaborados por sua militância.

Os programas nacionais são imprescindíveis, porque são as respostas às particularidades nacionais, de enorme importância para assinalar a linha política particular, que deve seguir-se em cada país, dentro da perspectiva revolucionária mundial.

Pode-se concluir que as organizações nacionais da IV Internacional carecem do instrumento fundamental para assinalar o caminho que devem percorrer.

A revolução mundial percorrerá um determinado caminho, fenômeno que refratará, nos diferentes países, de maneira própria, conforme suas particularidades nacionais.

No dia 16 de abril de 2022, o POR da Bolívia realizou um ato comemorativo dos 70 anos da Revolução Boliviana de 1952. Participaram membros da direção do Comitê de Enlace. Abaixo, publicamos a transcrição do pronunciamento de Atílio de Castro, do POR-Brasil, encarregado de expor a questão da relação do POR com a IV Internacional.

O POR e a IV Internacional

Atílio:

O balanço da revolução de 1952 tem importância, não só para o POR da Bolívia, para a classe operária boliviana, mas também para os explorados da América Latina. Tem transcendência porque, em uma revolução, se verificam as forças políticas, as posições, e, justamente, em 1952, ocorria uma revisão programática no interior da direção da IV Internacional, como foi citado por Alfonso, sob a responsabilidade da tendência liderada por Michel Pablo, portanto, da tendência pablista. O pablismo teve uma ação muito negativa na vida do POR da Bolívia. Há, certamente, uma ligação com o passado da formação do POR.

Guillermo Lora, em seus escritos, constantemente, demonstra que o POR passou por várias fases de seu desenvolvimento. A sua fundação ocorreu na Argentina, em Córdoba, em 1935, sob a direção de Aguirre Gainsborg e Tristán Marof. Somente Gainsborg havia assumido a luta da oposição de esquerda trotskista. Marof comparecia como um socialdemocrata. Gainsborg, exilado no Chile, tornou-se militante do Partido Comunista, e, neste momento, tomou conhecimento da Oposição de Esquerda trotskista. Acabou sendo expulso pelos estalinistas, e, em Córdoba, fundou o POR. A trajetória de Marof, no entanto, foi no sentido contrário ao da construção do partido marxista-leninista-trotskista.

A relação com a IV Internacional, ainda que superficialmente, decidiu o curso da construção do POR. Mas, ao mesmo tempo, expressou as dificuldades de constituir o partido. Isto porque a tarefa de construção do partido, vinculado à IV Internacional, aos fundamentos da III Internacional, da época de Lênin, exigia e exi-

ge a aplicação do Programa de Transição, elaborado por Trotsky e aprovado na Conferência de fundação da IV Internacional. A aplicação do programa exige o trabalho de conhecer a realidade que se pretende transformar. Não há como construir o partido revolucionário a não ser estudando, conhecendo, identificando as leis da história, que condicionam as particularidades nacionais. E o ponto fundamental das particularidades se encontra na economia e nas classes sociais. Está em como encontrar um caminho pelo qual o partido irá penetrar no proletariado, movido pelo programa e teoria marxistas. Esse foi um dos problemas fundamentais, que diz respeito a toda a IV Internacional, não foi um problema só da Bolívia. A experiência das oposições de esquerda no Chile, Brasil e Argentina evidenciaram o problema da elaboração do programa e do entroncamento da vanguarda com o proletariado. Eis a essência: formar-se como programa no seio do proletariado.

As correntes fracassaram, sem exceção, justamente porque não se puseram a conhecer a fundo o país, sua história, suas particularidades e suas relações mundiais. E não se voltaram à aplicação do programa, ao trabalho sistemático de penetração no proletariado. Se o partido – o agrupamento embrionário, a vanguarda – não se constrói no interior do proletariado, tende a florescer as tendências pequeno burguesas em seu interior. Esse fenômeno expressa as leis da história, no que diz respeito à construção do partido revolucionário.

Nota-se que o POR, na Bolívia, viverá dificuldades dessa natureza. Por um período inicial, sofreu desse mal. O agrupamento original não se orientou a resolver a tarefa de constituir o progra-

ma e penetrar no proletariado. Esse desvio, em grandes traços, se manteve, de 1935, ao início de 1940, quando se constituiu o Comitê de La Paz, superando a direção de Cochabamba, que era uma direção, no dizer de Lora, diletante. Não cumpria sua função de trabalhar no seio do proletariado e desenvolver o programa.

Então, se reconhece a importância decisiva que teve a brutal repressão sofrida pelo POR, que atingiu, sobretudo, a organização de La Paz. Lora foi obrigado a se ocultar e viver em Oruro, o que lhe permitiu fazer um trabalho entre os mineiros. Aí se desenvolveu o trabalho nas minas Huanuni, Siglo XX e Colquiri. Nesta circunstância, a fusão dos primeiros fundamentos do trotskismo na Bolívia, como resultado da ação prática, com os instintos revolucionários do setor mais avançado dos explorados, decidiu o curso do POR. Aí se forjou a base partidária mais sólida, que anteriormente não teve a possibilidade de se estabelecer, inclusive porque Gainsborg faleceu muito cedo, em 1938.

As Teses de Pulacayo, ainda que sendo um documento de características sindicais, expressou a fusão dos fundamentos do programa revolucionário com a classe operária. Esse é um ponto chave, que não se encontra na história das demais correntes do trotskismo na América Latina. Por exemplo, no Brasil, a Liga Comunista se decompôs muito rapidamente. Não foi capaz de desenvolver uma política revolucionária, para superar o estalinismo, justamente porque era um grupo de intelectuais. Mário Pedrosa foi seu principal líder, sua direção principal, acabou como um intelectual pequeno burguês, que não teve a compreensão, ainda que tenha sido membro da IV Internacional. Nenhum dirigente do POR da Bolívia teve essa possibilidade. O trotskismo, nesse país, ficou à margem, por um grande período, do centro da IV Internacional.

Em 1952, o POR estava em um processo de maturação organizativa, justamente por seu avanço no trabalho com os mineiros. Esse trabalho foi a base, a força social, que permitiu a projeção do POR. É fato que o partido influenciou, não só o proletariado mineiro, mas também o campesinato em sua luta pela terra. O fundamental está em como o POR projetou a política do proletariado na revolução de 1952, trabalhando por separar o proletariado e as massas camponesas da influência do nacionalismo burguês e pequeno-burguês, galvanizado pelo Movimento Nacionalista Revolucionário (MNR). Somente assim, se criariam as condições da luta de classe, no sentido da conquista do poder e constituição do governo operário e camponês. Aí, residia a principal dificuldade da revolução de 1952. O problema estava em como separar o proletariado e os camponeses, para estabelecer a unidade operário-camponesa, para lutar por um governo operário-camponês. Para avançar nesse sentido, era imperativo derrotar o MNR, uma vez que esse partido pequeno-burguês nacionalista mantinha em suas mãos a direção do movimento revolucionário das massas. Uma direção que iria trair, mas que os explorados não tinham como saber, a não ser pela luta revolucionária do POR. Lora relata a tremenda confusão existente entre as massas, que não estavam suficientemente amadurecidas pela experiência para diferenciar o POR do MNR, que não podia resolver as tarefas democráticas. E a revolução, voltada imediatamente a derrubar a oligarquia feudal, tinha como ponto de partida tarefas típicas da revolução democrático-burguesa, que, para serem resolvidas, teriam de dar passagem à revolução proletária. Esse amadurecimento não ocorreria imediatamente. O que inviabilizou a luta do POR em separar o

proletariado da política nacionalista, e em forjar a aliança operário-camponesa.

Então vejamos, que papel poderia ter tido a direção da IV Internacional na revolução boliviana? Poderia fortalecer criticamente a luta do POR. E projetar o marxismo-leninismo-trotskismo na América Latina. O que seria um grande feito revolucionário. No entanto, a IV Internacional estava em crise. Em 1952, a IV atravessava o pior momento político-organizativo, desde o assassinato de Trotsky, em 1940. A direção que herdou a IV não estava à altura de desenvolver uma política mundial, que levasse as seções a aplicarem o Programa de Transição, de acordo com a realidade nacional.

O pablismo, qualificação que se refere ao dirigente Michel Pablo, ao fazer uma revisão do trotskismo, passava a negar que o estalinismo era uma força contrarrevolucionária. Se contrapunha a essa caracterização da IV Internacional, substituindo-a por uma outra, afirmando que o estalinismo poderia cumprir um papel progressivo. Essa revisão não se dava no ar. Era uma revisão que se apoiava no resultado da II Guerra Mundial. Como a URSS, sob a direção do estalinismo, penetrou e conquistou áreas de influência no Leste Europeu, constituindo as “repúblicas populares”, e como houve um processo de expropriação da burguesia, esse fenômeno levou a fração majoritária da direção da IV Internacional a revisar os seus fundamentos programáticos. Trotsky já havia exposto as bases do caráter contrarrevolucionário do estalinismo, quando demonstrou que as expropriações que se faziam no Leste Europeu, com o concurso do Exército Vermelho, eram expressão de uma tendência das massas, mas que os métodos burocráticos de expropriação da burguesia e a constituição de “governos populares”, que não eram governos revolucionários, não teriam como se sustentar. Esta ideia chave foi marginalizada por Pablo. Essa revisão ocorreu justamente quando acontecia a revolução de 1952 na Bolívia.

A IV Internacional teve interesse inicial pelo POR da Bolívia em 1946, diante da repercussão das Teses de Pulacayo e do bloco parlamentar mineiro, do qual Lora fez parte. Depois desse momento, a direção da IV só se interessará pela Bolívia atraída pela Revolução de 1952, devido à sua projeção na América Latina. Mas, qual foi a intervenção dos pablistas? Foi a de negar a tática do POR, de separar o proletariado e os camponeses da direção do MNR. Ao negar essa tática, fizeram a acusação de que o POR estava apoiando a política de Lechin, uma política de co-governo, quando se passava justamente o contrário. O que era falso, completamente falso. No terreno da revolução, chegou ao poder o governo pequeno burguês do MNR, que tinha o apoio das massas. E a revolução não seria possível, a não ser que a experiência com o nacionalismo fosse esgotada. Mas, os pablistas não viam dessa maneira. É por isso que vão assumir uma posição ultra-esquerdista. E o ultra-esquerdismo, como demonstrou Lênin, tem outra face, que é a do oportunismo.

Alfonso citou o X congresso do POR, realizado em junho de 1953. Nesse Congresso, houve um confronto de avaliação sobre a revolução de 1952. A posição dos pablistas não admitia a tese da tendência Fração Operária Leninista (FOL), liderada por Guillermo, de que a COB havia perdido o caráter de duplo poder e de que estava colocada a tarefa de preparar as condições para uma nova etapa de luta pelo poder, de retomar as experiências das massas e de reorganizar a sua luta. A nova etapa de preparação da luta pelo poder se dirigia contra o governo do MNR, que dava

sinais de capitulação diante do imperialismo, não iria adiante com a resolução das tarefas democráticas e, portanto, traía a confiança da maioria oprimida. E a Fração Proletária Internacionalista (FPI) pablista, que de internacionalista não tinha nada, dizia que essa não era a tarefa, uma vez que, para eles, o poder já estava colocado naquele momento. Apregoava empurrar as massas à revolução. Visto hoje, nota-se o absurdo. Mas, no momento, foi muito grave, porque a posição ultra esquerdista levou a uma cisão do POR. Foi uma cisão muito dura. A FOL enfrentou uma pesada intervenção do aparato internacional dos pablistas.

No XIII Congresso, maio de 1956, os pablistas cindiram o POR. Sob as pressões da situação interna e da direção da IV Internacional, em fevereiro de 1966, no entanto, concluiu-se o processo de reunificação, iniciado em junho de 1965, como relata Lora, em seus estudos “Contribuição à História Política da Bolívia”. O que resultou em um grande erro, reconhecido, autocriticamente, por Lora. Justamente em 1966, se inicia a aventura foquista de Che Guevara na Bolívia, concluindo em derrota, em 1967. Nesse marco, vinha estabelecendo-se um quadro de luta revolucionária na Bolívia, que iria confluir com a Assembleia Popular, instalada em 1º de maio de 1971. Os pablistas, que haviam aderido ao foquismo, lutaram contra a posição do POR, que se dedicava ao trabalho de pôr em pé a Assembleia Popular, concebida como uma forma soviética, ou seja, de um organismo de duplo poder. Depois do esgotamento da revolução de 1952, a Assembleia Popular se constituiu em um canal, um instrumento, de unidade operário-campesina, sob a direção da política do proletariado. Ocorria uma luta no interior da Assembleia Popular, encarnada pelo POR, para que a classe operária se constituísse em força organizada para tomar o poder. Se, em 1971, a classe operária tomasse o poder, iria completar o processo da revolução de 1952. Havia um vínculo entre o movimento revolucionário de 1952 e o da edificação da Assembleia Popular de 1971.

Nota-se que a intervenção da IV Internacional, que se estava dividindo em torno ao revisionismo de Pablo, foi muito negativa. Já não era mais a IV Internacional de Trotsky, submetida que estava a uma revisão oportunista tão profunda, e que, fatalmente, se cindiria. Como, de fato, ocorreu, tendo como oposição a Organização Comunista Internacional (OCI), dirigida por Pierre Lambert, que constituiu o Comitê Internacional (CI). O problema é que a OCI não foi capaz de fazer uma consequente crítica programática ao pablismo. E não o fez, porque Lambert não assimilou a importância decisiva de as seções da IV Internacional penetrarem no proletariado de seus países. O que somente poderia ser realizado, conhecendo a realidade do país e elaborando o programa de revolução, que é uma expressão do Programa de Transição da IV Internacional. Esse necessário entendimento tinha sido alcançado pelo POR na Bolívia. E é por isso que o pablismo, como corrente revisionista, foi derrotada em seu confronto com o POR, em torno ao programa, à tática e à teoria da Revolução de 1952, e da Assembleia Popular de 1971. O pablismo não foi derrotado pelos lambertistas, porque somente se desmascara e derrota o revisionismo na situação de unidade entre a teoria e a prática revolucionárias. Este foi um dos maiores ensinamentos de Lênin. Basta recorrer à experiência do que se passou com a II Internacional, liquidada pelo revisionismo. Os traidores do marxismo foram derrotados pela posição internacionalista dos bolcheviques, nas condições da Primeira Guerra, em que se colocou praticamente a transformação

da guerra imperialista em guerra civil, na Rússia de 1917. Esse percurso prático possibilitou ao bolchevismo demonstrar como é que o chauvinismo assumia uma política contrarrevolucionária. Não foi uma discussão puramente no nível das ideias. As ideias têm de ser expressão da materialidade das forças políticas, das forças econômicas e das leis da história. Então, o pablismo, que acusava o POR de colaborar com o MNR, por meio de Lechin, afunda-se em uma aventura guevarista, foquista. Selava-se o fim dos revisionistas, que não mais puderam erguer uma organização em solo boliviano.

Tomando a realidade de hoje, onde estão os pablistas? Onde está o Secretariado Unificado? Dissolvidos em organizações reformistas. Aqui no Brasil, estão dissolvidos no PT. Onde estão os lambertistas? Estão, em toda a parte, dissolvidos em movimentos democratizantes. Aqui, no Brasil, estão dissolvidos no PT.

Na revolução de 1952, se o POR tivesse cometido um erro programático, estaria acabado. Não passaria pela prova da história. A melhor maneira de mostrar que os morenistas repetem as acusações dos pablistas contra o POR é verificando a mesma conduta de desconhecer as posições integrais do POR. As correntes que não reconheceram o desenvolvimento do trotskismo na Bolívia, obrigatoriamente, caminharam para o oportunismo. Isso é o que a história mais recente das lutas políticas no campo do marxismo-leninismo-trotskismo demonstra. Os acontecimentos são a prova de que as acusações contra o POR, de que teria capitulado diante do MNR, são desclassificadas. Hoje, é muito difícil a um militante, com um pouco de entendimento, não chegar à conclusão de que não seria possível o POR da Bolívia sobreviver, se tivesse colaborado com um governo burguês. Inevitavelmente, estaria acabado para o proletariado da Bolívia, para o proletariado mundial e para a luta pela reconstrução da IV Internacional.

O POR viveu um problema de isolamento nacional. Os revisionistas, os adversários, acusam o POR de nacional trotskismo. É mais uma das grosseiras falsificações. Essas pessoas não se dão ao trabalho de investigar a história do POR da Bolívia. Guillermo, em seu estudo sobre o desenvolvimento do POR, reconhece que o isolamento diante do movimento operário internacional e da IV causou muito atraso e muita dificuldade ao desenvolvimento partidário. Estando muito afastado dos embates internacionais, não teve como expressar sua fortaleza na luta pela constituição de uma direção internacional revolucionária, que fosse expressão da IV Internacional, concebida e constituída sob a direção de Trotsky.

O POR, depois da experiência com os pablistas, não se negou a fazer uma experiência com a Organização Comunista Internacionalista (OCI), que se transformou no Partido Comunista Internacionalista (PCI), dirigido por Pierre Lambert. Chegou a constituir um Comitê Internacional (CI) pela Reconstrução da IV Internacional, tendo por objetivo superar o divisionismo pablista, mas não houve como avançar. Isto porque a OCI não caracterizava corretamente os países semicoloniais, passando a negar a tática da frente única anti-imperialista, formulada desde os Primeiros Quatro Congressos da III Internacional. Os lambertistas passam então a atacar o POR. Três Conferências Latino-americanas foram realizadas. Na terceira, que ocorreu em setembro de 1977, o POR, juntamente com Política Obreira (PO) da Argentina e com outros agrupamentos latino-americanos, debateram um “Projeto de Informe sobre a América Latina”, escrito por Guillermo. Tratava-se, de fato, de uma resolução programática. Tratava-se de realizar

uma caracterização dos países semicoloniais, de fundamentar a questão da revolução democrática como parte da revolução proletária, e de determinar as tarefas gerais, a estratégia e a tática. Tratava-se, portanto do problema da revolução nos países atrasados, tomando por fundamento e orientação a teoria da revolução permanente, desenvolvida por Trotsky. É nesse marco que o Informe colocava o problema de como a classe operária teria de dirigir a maioria oprimida, como essa luta, obrigatoriamente, passaria pela aplicação da tática da frente única anti-imperialista. Era uma tática para amadurecer, no seio dos explorados, a estratégia da revolução proletária, da ditadura do proletariado, do governo operário e camponês. Estratégia essa, particular aos países de economia atrasada, como os da América Latina. A burocracia do OCI-PCI interveio na Terceira Conferência para anulá-la. Foi quando houve o rompimento do POR da Bolívia, juntamente com o PO da Argentina e um agrupamento peruano. Essa experiência se esgotou. Como se vê, houve uma experiência do POR com os pablistas e com os lambertistas, responsáveis pela desintegração da IV Internacional.

Abria-se outra experiência, a de constituir uma “Tendência Quarta Internacional” (TQI) com PO, que, neste momento, era, junto com o POR da Bolívia, a expressão mais avançada do trotskismo, que estava em oposição, tanto aos pablistas, quanto aos lambertistas. O problema é que o PO também não tinha cumprido a tarefa de constituir seu programa revolucionário e penetrar no proletariado. O que permitia as deformações da política caudillesca perqueno-burguesa de Jorge Altamira, que aspirava reconstituir a IV Internacional formando agrupamentos-satélites em vários países. Quando, na verdade, a TQI estava diante de um problema mais complexo, de como reconstruir uma organização baseada no Programa de Transição e no centralismo democrático, com o objetivo concreto de desenvolver os embriões dos partidos marxista-leninista-trotskistas, organizando a vanguarda revolucionária que despontava na América Latina. Essa experiência se frustrou muito rapidamente.

Depois disso, o POR boliviano se colocou, em julho de 1988, a tarefa de organizar o Comitê de Enlace pela Reconstrução da IV Internacional (Cerqui), com o qual até hoje trabalhamos pela reconstrução da IV, como Partido Mundial da Revolução Socialista. Apesar das debilidades da organização brasileira e argentina, entramos em um período muito rico de elaboração programática. Guillermo Lora insistiu e foi perseverante na defesa de que nossas seções embrionárias deviam formular seus programas, voltar-se para a classe operária e assimilar criticamente a experiência do trotskismo na Bolívia. A Tendência pela Construção do Partido Operário Revolucionário no Brasil (TPOR) e o Comitê pela Construção do POR na Argentina se puseram sob a direção programática do POR da Bolívia. Mais definidamente a TPOR, porque a seção argentina apresentou dificuldades em compreender e aplicar a orientação de constituir o programa, refletindo heranças de PO, o que acabou abrindo uma crise política e uma cisão no POR da Argentina. A cisão dificultou e atrasou o avanço do Comitê de Enlace. Houve uma interrupção em seu funcionamento. Assim que Guillermo faleceu, nossas organizações passaram a trabalhar pelo soerguimento do Cerqui. Essa decisão demonstrou que a organização brasileira estava mais madura na tarefa de constituir-se como partido programa. A seção argentina passou pelas dores

da cisão, que temperaram os quadros que resistiram aos liquidacionistas, e assumiram plenamente a tarefa de elaboração do programa.

Esse percurso da luta pelo internacionalismo, pela reconstrução da IV Internacional, diz-nos que é completamente falsa a acusação dos pablistas, morenistas e altamiristas, de que o POR seria uma espécie de nacional-trotskismo. O problema é que, para enfrentar a tarefa de reconstruir a IV, o POR, isoladamente, teve de derrotar os revisionistas pablistas e lambertistas, e os oportunistas que resultaram de uma infinidade de cisões. Há uma quantidade agrupamentos, e todos, dos mais ultra esquerdistas, aos mais oportunistas, todos se unem contra o POR. Quando se trata de atacar o POR, o PTS, PSTU, MAS, PO, etc. se unem, sem que necessitem fazer uma demonstração concreta, basta repetir a sórdida denúncia de que o POR teria traído a Revolução de 1952. Essa atitude generalizada se choca com a história do POR, com sua rica experiência na luta de classe, com a elaboração sistemática do programa, e com projeção internacional, que diz respeito, não só à conservação do programa da IV, como também ao avanço de sua aplicação programática, nas condições dos países de capitalismo atrasado latino-americanos.

As conquistas programáticas do POR e a experiência de 1952 fazem parte destas conquistas, incluindo as Teses de Pulacayo e a Assembleia Popular de 1971. O POR se constitui como um pilar na reconstrução da IV Internacional, não tem como passar por outro caminho. Todas as tentativas de formar agrupamentos internacionais por outro caminho têm se mostrado muito artificiais, muito aparelhistas.

Vemos que esse tema, que nos coube expor – sobre a relação do POR com a IV Internacional –, exige concluir que as experiências com os revisionistas da IV Internacional foram muito negativas; levantaram-se como um grande obstáculo ao desenvolvimento do POR da Bolívia e à sua necessidade de romper o isolamento.

Agora, há uma mudança na situação. Observemos a guerra na Ucrânia. As correntes estão perdidas. Algumas estão a favor de apoiar as Rússia, e outras, sem se darem conta, se colocam no terreno do imperialismo, ao se colocarem sob a resistência do governo Zelenski. Não reconhecem o problema da autodeterminação da Ucrânia, diante do cerco da OTAN e da invasão militar da Rússia.

Para concluir, é necessário que as conquistas do POR da Bolívia se ergam pelo proletariado em luta, e se projetem na tarefa de reconstrução do Partido Mundial da Revolução Socialista. É claro que o país passou por grandes transformações, desde 1952, na mineração, na economia, etc. A tarefa assinalada na exposição do camarada Ramon, de que é preciso que o POR se transforme em direção física das massas, é um problema geral, que diz respeito à profunda crise de direção revolucionária em escala mundial. Este é um problema que permanece, e não só na Bolívia, permanece em toda parte. Recentemente, no Peru, houve um grande movimento, ou no Chile, onde as massas lutaram bravamente, sem poderem conservar-se no terreno da independência política e organizativa, devido à ausência da direção revolucionária. Trabalhar e trabalhar pela superação da crise de direção é a tarefa histórica que nos toca. Como aproveitar as grandiosas conquistas do POR da Bolívia, deve ser uma das preocupações da vanguarda com consciência de classe.

Obrigado.

Colômbia

Eleições presidenciais de 29 de maio**Abstencionismo e a luta de classes condicionam a campanha eleitoral**

Estão definidas as principais legendas que disputarão as eleições presidenciais de 29 de maio. Federico Gutiérrez e Rodrigo Lara Sánchez, como presidente e vice da legenda da direita e setores liberais. Gustavo Petro e Francia Márquez, como presidente e vice da corrente nacional-reformista (Pacto Histórico-PH), formada por ex-guerrilheiros, sindicalistas, ambientalistas, feministas, etc. As pesquisas o indicam como principal favorito nas eleições. O que vem acirrando os ataques do ultradireitista Gutierrez, o segundo mais votado, que alertou dos perigos à democracia de sua vitória, que levará ao “ódio e luta de classes”. Na verdade, a denúncia de Gutierrez não passa de um espantalho ideológico, objetivando preparar o Congresso para fazer de Petro um refém das oligarquias que o dominam, se Petro ganhar as eleições. Enquanto continuam as manobras para fechar uma “frentona” eleitoral, visando a impedir que Petro ganhe as eleições no segundo turno, como aconteceu há quatro anos, quando a “união” eleitoral das forças burguesas e oligárquicas derrotaram-no no segundo turno, e levaram Iván Duque à presidência.

A possibilidade real da vitória de Petro assombra a burguesia e oligarquias, fundamentalmente sua fração narcotraficante, que têm obtido rios de dinheiro, pela sua integração ao aparato do Estado e à política terrorista desfechada sobre camponeses e indígenas, para tomar posse de suas terras, fonte de permanentes conflitos e guerras civis, sob a forma de movimentos guerrilheiros.

Porém, apesar da classe dominante ser refratária a admitir um governo reformista, sabe que a profunda ruptura das massas com os partidos oligárquicos – sem um “dique de contenção institucional” – poderia levá-las a retomarem os levantes de massas de 2019 e 2020. Sabe também que os governos “esquerdistas” acabam se curvando rapidamente diante das medidas ditadas pela burguesia. Eis o exemplo mais recente de Pedro Castillo, em Peru.

O essencial reside em compreender que, se ganhar, Petro acabará abandonando qualquer pretensão reformista, quando, diante da resistência da oligarquia e burguesia, pretender manter sua governabilidade e afastar as ameaças golpistas. O que já demonstrou durante sua campanha, ao afirmar que não tem por objetivo tocar nos acordos com o FMI – embora poderia “reverter” algum ou outro aspecto. Nem tampouco os tratados com os EUA, que fazem do país uma base do imperialismo para atar-

car governos nacional-reformistas radicalizados, a exemplo da Venezuela. Em matéria econômica, disse que recorrerá à nova emissão de moeda, para ampliar o alcance dos subsídios sociais. Mas, também para subsidiar os capitalistas e latifundiários.

Mas, sua governabilidade dependerá, fundamentalmente, de sua capacidade de assumir a aplicação do programa de contrarreformas, que Duque não conseguiu impor em sua totalidade, em face do levante operário e popular de 2019 e 2020. O que o obrigará a recorrer ao Estado policial contra as massas. A decisão de Boric, de reprimir os protestos no Chile, mostra que os reformistas recorrem aos métodos e meios mais reacionários em defesa do Estado burguês. Mais precisamente: dos interesses e dos negócios da burguesia e latifundiários, que dominam a economia e a política.

A desagregação social em que afunda a América Latina, agravada pelos reflexos da guerra na Ucrânia sobre a economia mundial, longe de criar as condições para o próximo governo equacionar a crise de governabilidade, tenderão a ampliá-la. O que impedirá resolver a contradição entre riqueza e pobreza, e manter as massas represadas nas ilusões democráticas. As massas sabem, pela experiência, que não haverá solução a seus problemas pela via institucional. O elevado abstencionismo nas primárias (superou 50%) foi um claro sinal dessa tendência. Enquanto as revoltas de 2019 e 2020 lhes mostraram que só podem confiar em suas próprias forças.

Eis por que a principal tarefa da vanguarda com consciência de classe é a de demonstrar que, se Petro ganhar, não poderá fugir das leis da política burguesa, e terá de avançar nas contrarreformas, chocando-se com as massas, que saíram à luta para defender suas condições de vida.

As reivindicações de defesa dos empregos, dos direitos e do aumento dos salários, na mesma medida em que se elevam os preços, estarão na ordem do dia. Apoiando-se nelas é que será possível às massas retomar os levantes, que convulsionaram o país, em 2019 e 2020.

O Comitê de Enlace trabalha sob essa orientação geral nos países em que suas seções se constituíram. Desenvolve uma campanha na América Latina para apresentar o programa e os métodos que soldam as reivindicações imediatas à luta revolucionária, por meio das consignas transitórias, sob a estratégia da revolução e ditadura proletárias.

**PÔR EM PÉ O PARTIDO MUNDIAL
DA REVOLUÇÃO SOCIALISTA
RECONSTRUIR A IV INTERNACIONAL**



R\$ 35

**ADQUIRA
COM NOSSO
DISTRIBUIDOR
DE MASSAS**

Em função da guerra na Ucrânia, temos publicado as formulações de Lénin e Trotsky sobre os fundamentos da autodeterminação das nações oprimidas. O texto abaixo reflete o quanto é sensível e fundamental para os marxistas a defesa das nacionalidades oprimidas contra o imperialismo. O fato de, mesmo sob a URSS, continuarem os conflitos em torno à situação das nacionalidades, indicou que esse seria um dos grandes problemas que se agravaria no processo de burocratização e restauração capitalista.

O PROBLEMA DAS NACIONALIDADES OU DA “AUTONOMIZAÇÃO” Continuação das notas

31 de dezembro de 1922, Lénin

Que medidas práticas devem ser tomadas na atual situação?

Em primeiro lugar, devemos manter e consolidar a união das repúblicas socialistas; sobre isto não pode existir nenhuma dúvida. Essa medida é necessária para nós e para o proletariado comunista mundial, na luta contra a burguesia mundial e para defender-se contra suas intrigas.

Em segundo lugar, é preciso manter a união das repúblicas socialistas no que concerne ao aparato diplomático. De passagem, esse aparato é uma exceção em nosso aparato estatal. Não admitimos nele nenhuma pessoa influente do antigo aparato czarista. Todas as seções de alguma autoridade estão compostas por comunistas. Por isso, já conquistou (assim se pode dizer) o nome de comprovado aparato comunista, infinitamente mais depurado dos elementos do antigo aparato czarista, burguês e pequeno-burguês, do que os aparatos que nos temos visto obrigados a nos conformar em outros comissariados do povo.

Em terceiro lugar, há que impor uma punição exemplar ao camarada Ordzhonikidze (digo isso com muita pena, porque sou um de seus amigos pessoais e trabalhei com ele no estrangeiro, na emigração), e também terminar de investigar ou investigar de novo todos os materiais da comissão de Dzerzhinski, a fim de corrigir a enorme quantidade de injustiças e de julgamentos parciais que indubitavelmente contém. Entende-se que a responsabilidade política dessa campanha nacionalista autenticamente grã-russa deve se imputar a Stalin e Dzerzhinski.

Em quarto lugar, é necessário introduzir regras mais rígidas quanto ao uso do idioma nacional nas repúblicas não russas, que constituam a nossa União, e verificar essas regras com especial cuidado. Não há dúvida de que, com o pretexto da unidade dos serviços ferroviários, da unidade fiscal, etc., surgiram entre nós, com nosso aparato atual, uma infinidade de abusos autenticamente russos. Para lutar contra esses abusos, faz falta uma investida especial, sem falar já da especial sinceridade dos que empreendem essa luta. Será

necessário um código minucioso, e somente os nacionais que habitam a república serão capazes de elaborá-lo com algum êxito. Além disso, não podemos estar seguros de antemão de que, como resultado desse trabalho, não demos um passo atrás no próximo congresso dos soviets, isto é, que mantenhemos a união de repúblicas socialistas soviéticas somente para assuntos militares e diplomáticos, e que restabelecemos em todos os demais aspectos a total independência dos diferentes comissariados do povo.

Há que levar em conta que a descentralização dos comissariados do povo e a falta de coordenação em seu trabalho com relação a Moscou e a outros centros podem ser suficientemente compensadas pela autoridade do partido, se esta se exerce com bastante cautela e imparcialidade; o prejuízo que pode causar, ao nosso Estado, a falta de unificação entre os aparatos nacionais e o aparato russo é infinitamente menor do que o que causará não só a nós, mas sim a toda Internacional, e aos milhões de homens dos povos da Ásia, que nos seguirão em um futuro próximo, no curso da história. Seria um oportunismo imperdoável que, nas vésperas dessa iniciação do Oriente, em seu despertar, socas-

vássemos nosso prestígio diante dos povos com a qualquer dureza ou injustiça, para com as nacionalidades não russas que habitam nosso país. Uma coisa é a necessidade de unir-se contra os imperialistas do Ocidente, defensores do mundo capitalista. Nisso não resta nenhuma dúvida, e torna supérfluo dizer que o aprovamos absolutamente. Outra coisa é quando nós mesmos caímos, ainda que seja em questão de detalhes, em atitudes imperialistas com relação às nacionalidades oprimidas, socavando, assim, toda nossa sinceridade de princípios, toda nossa defesa de princípios da luta contra o imperialismo. O amanhã da história mundial será o dia em que os povos oprimidos pelo imperialismo, que se despertam, se levantem, finalmente, e comecem uma longa e dura luta decisiva pela sua libertação.

(Extraído das Obras Completas, Lénin, tomo XXXVI, Akal Editor)